

# PGE e PGM

## 2ª fase

Período 2014 – 2018.

 /concursos

## Sumário

Direito Administrativo.....	3
Empresas Estatais .....	3
Segundo Setor.....	4
Direito Civil.....	20
Teoria Geral das Obrigações .....	20
Transmissão das Obrigações.....	26
Teoria do Adimplemento .....	28
Teoria do Inadimplemento .....	30
Teoria Geral dos Contratos .....	35
Direito Constitucional .....	40
Histórico das Constituições no Brasil .....	40
Teoria da Constituição .....	40
Poder Constituinte .....	43
Controle de Constitucionalidade .....	49
Direito Empresarial .....	75
Sociedade Anônima .....	75
Títulos de Crédito.....	77
Direito Processual Civil.....	85
Competência.....	85
Processo .....	92
Gabarito .....	96

## Direito Administrativo

### Empresas Estatais

**Questão 1:** VUNESP - Proc (PGE SP)/PGE SP/2018

**Assunto:** Lei nº 13.303/2016 - Estatuto Jurídico da EP e SEM

De acordo com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, que estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais,

- a) as sociedades de economia mista são constituídas, obrigatoriamente, sob a forma de sociedade anônima e, ainda que sob a modalidade de capital fechado, devem adotar as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.
- b) a participação de empresas públicas e sociedades de economia mista no capital social de empresas privadas é vedada, salvo para operações de tesouraria e adjudicações de ações em garantia mediante autorização legal específica.
- c) a explicitação do interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que justifica a criação de tais entidades deve constar da lei que autoriza sua constituição apenas quando se tratar de empresa pública.
- d) a natureza de empresa pública, conquanto pressuponha que a integralidade do capital social seja detida pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, fica afastada quando ocorra o ingresso, como outros acionistas, de pessoas jurídicas de direito interno ou entidades da administração indireta do mesmo ente.
- e) a exigência de autorização legislativa, prevista para criação de empresa pública e sociedade de economia mista, não se impõe para a criação de subsidiária integral de tais entidades, salvo se caracterizada como sociedade de propósito específico.

**Questão 2:** FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

**Assunto:** Lei nº 13.303/2016 - Estatuto Jurídico da EP e SEM

Em relação ao Estatuto Jurídico das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias,

- a) a sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.
- b) a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e por meio de cooperativas.
- c) a constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista não depende de autorização legal prévia, pois o fato caracterizaria afronta aos princípios da livre iniciativa e do interesse social.
- d) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com

direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

e) a sociedade de economia mista e as empresas públicas constituir-se-ão sob a forma de sociedades por responsabilidade limitada, a elas se aplicando subsidiariamente as normas do Código Civil.

**Questão 3:** CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

**Assunto:** Lei nº 13.303/2016 - Estatuto Jurídico da EP e SEM

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.

b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.

c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.

d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.

e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

## Segundo Setor

**Questão 4:** CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a doutrina, a União pode firmar contrato de concessão com empresa privada, com prazo indeterminado, para, por exemplo, a construção e manutenção de rodovia federal com posterior cobrança de pedágio.

Certo

Errado

**Questão 5:** VUNESP - Proc (Pref Marília)/Pref Marília/2017

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Considere a seguinte situação hipotética.

A Prefeitura de Marília possui um terreno sem afetação a alguma finalidade pública, que poderia ser utilizado, por sua localização, como estacionamento. Então, o Poder Público procede a adequação do terreno à finalidade de que sirva como estacionamento, construindo uma pequena guarita e instalando muros e portões. Estando o terreno pronto para receber um estacionamento, é correto afirmar que o Executivo Municipal

- a) não poderá usar o terreno da forma prevista, pois os bens públicos são de uso comum, não havendo nenhuma hipótese de uso privativo, como pretende a Municipalidade.
- b) poderá fazer licitação para a concessão de bem público, para que a exploração fique a cargo de particular, que remuneraria a Administração Municipal.
- c) poderá fazer licitação para a concessão de serviço público impróprio, sujeita ao regime de concessões e permissões da Lei Federal nº 8.987/95.
- d) poderá explorar diretamente o terreno como estacionamento, mas não poderá fazê-lo mediante descentralização à iniciativa privada.
- e) poderá descentralizar a exploração do estacionamento à iniciativa privada, por meio de uma concessão patrocinada.

**Questão 6:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Uma licitação para delegação de serviço público municipal de transporte foi questionada por um dos licitantes, sob o fundamento de ilegalidade nos requisitos de habilitação técnica que exigiam comprovação de faturamento mínimo, aduzindo direcionamento, bem como questionando a alocação de risco integralmente para o vencedor do certame.

Análise do requerimento do licitante

- a) pode concluir pelo deferimento caso tenha sido veiculada por meio de ação judicial, tendo em vista que a revisão do procedimento, pela Administração, depende da ocorrência de fato novo e superveniente às condições que motivaram a instauração do certame.
- b) indica restrição à competição, tendo em vista que há vedação legal à exigência de atestado demonstrando percentual de faturamento mínimo, pois a licitação prevê a necessidade de garantias a serem prestadas pelo contratado para a execução do ajuste.
- c) pode conduzir à improcedência da impugnação, caso tenha sido adotado o modelo de concessão de serviço público regida pela Lei nº 8.987/95, na qual o concessionário assume integralmente o risco do negócio, bem como admite a exigência de atestado para demonstrar a higidez financeira da empresa para fazer frente ao investimento.
- d) pode ser procedente, caso o poder concedente tenha modelado uma parceria público-privada, sob a modalidade de concessão administrativa, porque se trata de serviço público.
- e) é improcedente, tendo em vista que as exigências técnicas a serem feitas na fase de habilitação inserem-se no poder discricionário da Administração pública que, na qualidade de poder concedente, pode fazê-lo nos termos de sua oportunidade e conveniência, contanto que exija igualmente de todos os licitantes.

**Questão 7:** FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

No tocante aos aspectos econômicos e tarifários das concessões de serviço público, a Lei nº 8.987/95 dispõe:

- a) Na contratação das concessões de serviços públicos, deve haver a repartição objetiva dos riscos entre as partes.
- b) O inadimplemento do usuário não é circunstância justificável para a interrupção na prestação dos serviços públicos.
- c) A cobrança de pedágios em rodovias públicas somente é possível por meio do oferecimento de via alternativa e gratuita para o usuário.
- d) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro, vedada a revisão em período inferior a um ano.
- e) A alteração das alíquotas do imposto de renda não é causa que justifique pedido de revisão tarifária pela concessionária.

**Questão 8:** VUNESP - Proc Jur (M Cruzes)/Pref Mogi Cruzes/2016

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre características do instituto das concessões.

- a) O poder concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do mesmo, o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público.
- b) A concessão tem que ser feita sempre por meio de licitação, consoante o que exige a Constituição Federal, sendo que a modalidade cabível é o pregão.
- c) O concessionário executa o serviço em nome da Administração Pública e, por consequência, não corre os riscos normais do empreendimento.
- d) A tarifa cobrada pelo concessionário tem a natureza de taxa e é fixada no contrato, não devendo refletir a remuneração do capital investido pelo concessionário ou o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- e) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de comprovação de dolo ou culpa.

**Questão 9:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Sobre as concessões de serviço público regidas pela Lei n.º 8.987/1995, é **CORRETO** afirmar:

- a) A remuneração do particular se dará exclusivamente a partir das tarifas cobradas dos usuários, sendo indevida qualquer exploração de receitas complementares, alternativas ou acessórias.
- b) A cobrança de tarifas depende da disponibilização de alternativa gratuita em favor do usuário.
- c) É obrigatória a conversão de consórcios em empresa para fins de assinatura do contrato de concessão disciplinada pela Lei n.º 8.987/1995.
- d) É admitida a assunção do controle da concessionária pelos seus financiadores, com vistas a reestruturar o empreendimento, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos concedidos.
- e) Não se admite a utilização da arbitragem para resolver conflitos entre o Poder Concedente e o concessionário, haja vista a indisponibilidade dos interesses em disputa.

**Questão 10:** CONSULPLAN - Proc Mun (Ibiraçu)/Pref Ibiraçu/2015

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Nos termos da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que os contratos relativos à concessão de serviço público

- a) prescindem de realização de prévio procedimento licitatório que estabeleça condições necessárias à prestação adequada do serviço.
- b) extinguem-se por caducidade quando a retomada do serviço decorrer de motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica.
- c) precedido da execução de obra pública deverão estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.
- d) deverão prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem.

**Questão 11:** FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

**Assunto:** Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

Determinado ente federado celebrou regular contrato de concessão do serviço público de exploração de rodovia precedida de obra pública. O contrato, nos moldes do que prevê a Lei nº 8.987/1997, delegou o serviço público para ser executado pela concessionária por sua conta e risco. Ocorre que durante as obras de implantação da rodovia, a concessionária identificou a existência de contaminação do solo em trecho significativo do perímetro indicado pelo poder concedente. Foi necessário, assim, longo trabalho de identificação do agente contaminante e complexa e vultosa descontaminação. Considerando-se que o perímetro da rodovia foi

indicado pelo poder concedente, bem como que a responsabilidade pelo passivo ambiental pela execução da obra foi atribuído para a concessionária,

a) cabe integral responsabilidade à concessionária, tendo em vista que o regime da chamada concessão comum não admite superveniências que conduzam a lógica do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) diante da ausência de previsibilidade do evento, impõe-se a repartição dos riscos, em igual proporção, lógica que rege os contratos de concessão comum.

c) a responsabilidade pela descontaminação incumbe integralmente ao poder concedente, na medida em que foi responsável pela escolha da área e em razão de não haver previsão expressa no contrato, o que desloca o ônus para o ente público contratante.

d) os custos e prejuízos experimentados devem ser integralmente repassados à tarifa, após o início da operação, como expressão do direito subjetivo da concessionária ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) a responsabilidade pela descontaminação incumbe à concessionária, que pode, no entanto, invocar os atrasos no cronograma e os vultosos prejuízos comprovados para pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de intercorrência não passível de identificação anterior pelos licitantes.

**Questão 12:** CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

Com relação a princípios da administração pública, regime jurídico-administrativo e serviços públicos, assinale a opção correta.

a) A vedação ao nepotismo é regra que alcança os cargos de provimento efetivo, em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento.

b) Independe de contrapartida do beneficiário, em bens ou serviços, a concessão de patrocínio a evento cultural privado.

c) Serviços públicos *uti universi* são gerais, caracterizados por sua indivisibilidade, remunerados pela cobrança de taxa e oferecidos após a celebração de contrato de concessão.

d) Segundo o STF, é inconstitucional lei estadual que autorize a suspensão temporária do pagamento das tarifas de energia a determinada sociedade de economia mista fornecedora do serviço mediante concessão da União.

e) A prestação de serviço público pode ser delegada a particulares mediante contrato de concessão ou ato administrativo de permissão, incidindo as regras de direito público exclusivamente sobre as concessões.

**Questão 13:** VUNESP - Proc (PGE SP)/PGE SP/2018

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

Em procedimento de manifestação de interesse, projetos e estudos apresentados pela sociedade civil



- a) na estruturação de parcerias voluntárias em regime de mútua cooperação, se acolhidos, não obstam que seu autor participe do certame decorrente, podendo, motivadamente, ser declarada inexigível a realização de chamamento público.
- b) não podem, em qualquer fase, ainda que acolhidos pelo Poder Público na estruturação de projetos sociais ou de infraestrutura, ser objeto de fiscalização e controle pelo Tribunal de Contas porque não implicam dispêndio de recursos financeiros ou transferência de recursos materiais pela Administração Pública.
- c) propondo estruturação de parcerias voluntárias em regime de mútua cooperação, desde que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, devem ser publicados pelo Poder Público.
- d) na estruturação de concessão de serviço público, poderão ter, a critério do Poder Público, seus custos ressarcidos pelo vencedor da licitação, vedada a participação do autor dos estudos e projetos acolhidos no certame decorrente.
- e) na estruturação de concessão de serviço público, se acolhidos justificadamente pelo Poder Público, vinculam-no à realização da licitação correspondente e efetiva contratualização do projeto.

**Questão 14:** CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

De acordo com o STJ, o princípio da continuidade do serviço público autoriza que o poder público promova a retomada imediata da prestação do serviço no caso de extinção de contrato de concessão por decurso do prazo de vigência ou por declaração de nulidade, desde que tal poder realize previamente o pagamento de indenizações devidas.

Certo

Errado

**Questão 15:** CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

- a) permissão de uso de bem público.
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público.
- d) concessão de uso de bem público.
- e) cessão de uso de bem público.

**Questão 16:** VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2014

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

Considerando as distinções entre outorga e delegação de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Pela delegação transfere-se a titularidade do serviço.
- b) A outorga transfere o serviço em caráter transitório.
- c) Uma das formas de delegação do serviço é a concessão.
- d) A outorga, entre outras formas, pode ser feita por meio da permissão ou autorização.
- e) A delegação transfere o serviço em caráter definitivo.

**Questão 17:** VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

**Assunto:** Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

Com relação aos regime jurídico, concessão, permissão e autorização dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) O credor do Poder Público, nos termos do que consta da Constituição Federal, poderá ajustar garantia real sobre bens públicos.
- c) A concessão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bens públicos, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
- d) O ato de permissão de uso é praticado *intuitu personae*, razão por que sua transferência a terceiro só se legitima se houver consentimento expresso da entidade permitente.
- e) A celebração do contrato administrativo de autorização de uso dependerá da aferição, pelos órgãos administrativos, da conveniência e oportunidade em conferir a utilização privativa do bem ao particular.

**Questão 18:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

**Assunto:** Formas de extinção (Serviços Públicos, Lei 8.987)

O regime jurídico da prestação de serviços públicos, estatuído pela Lei nº 8.987/95 e legislação correlata, impõe a

- a) reversão, em favor do poder concedente, de todos os bens utilizados pela concessionária de serviço público para a prestação do serviço delegado.
- b) instauração prévia de procedimento administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, para decretação de intervenção na concessionária de serviço público, por conta de falhas na prestação contratual.

- c) indenização da concessionária de serviço público, no advento do termo contratual, caso haja bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- d) adoção obrigatória de arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, para resolução de disputas decorrentes do contrato de concessão de serviço público.
- e) inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, no procedimento da concorrência para escolha da concessionária de serviço público.

**Questão 19:** FUNDATEC - Proc Mun (Pref POA)/Pref POA/2016

**Assunto:** Formas de extinção (Serviços Públicos, Lei 8.987)

A respeito do tema concessão e permissão no serviço público, sabe-se que esses contratos dependem da realização de processos licitatório e, conforme previsão legal, existem diferentes causas para o encerramento destes vínculos. Sobre o assunto, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- b) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.
- c) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão, respeitando-se procedimentos estabelecidos nos marcos legais existentes.
- d) Contempla a lei nacional a possibilidade de rescisão judicial, a ser requerida pela concessionária, diante do inadimplemento contratual pelo Poder Público.
- e) Existe a hipótese de encampação nos contratos de permissão.

**Questão 20:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Formas de extinção (Serviços Públicos, Lei 8.987)

Acerca das licitações, assinale a afirmativa correta.

- a) As permissões e concessões de serviços públicos independem de licitação e ficam condicionadas exclusivamente à discricionariedade da Administração Pública.
- b) A dispensa de licitação abrange situações que ensejam a competitividade e podem ser licitadas, mas a lei autoriza a sua não realização.
- c) A licitação pode ser dispensada pela Administração Pública quando for menos conveniente que a contratação direta.
- d) A extinção da concessão pode se dar pela caducidade, que ocorre no caso de descumprimento, pelo poder concedente, de cláusulas contratuais.
- e) A Lei nº 8.666/93 não admite a revogação dos atos licitatórios, ainda que decorrente de motivo superveniente.

**Questão 21:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Formas de extinção (Serviços Públicos, Lei 8.987)

Sobre serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- a) A outorga da concessão representa modalidade de desafetação do serviço público, retirando-o do campo do direito público.
- b) Na reversão, os bens afetos ao serviço público retornarão ao Poder Concedente em razão do término no prazo contratual.
- c) A encampação tem natureza sancionatória e representa a extinção da concessão antecipadamente, por ato unilateral do poder concedente, por motivo de interesse público.
- d) No regime da permissão do serviço público, há um prazo mínimo de garantia para o permissionário na execução dos serviços e, ainda, a imposição de obrigações de investimentos para o seu desenvolvimento.
- e) A prestação direta dos serviços públicos é aquela em que a execução desses se faz por outorga ou delegação.

**Questão 22:** CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.

Certo

Errado

**Questão 23:** VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

A fim de melhorar a mobilidade urbana, um Município pretende realizar um projeto de instalação e operação de 35 (trinta e cinco) quilômetros de corredores do sistema Bus Rapid Transit (BRT), com terminais de embarque e desembarque, para os quais é necessário o investimento de R\$ 190 (cento e noventa) milhões. O modelo de contratação, nesse caso, nos termos da Lei Federal no 11.079/09, poderá ser uma concessão patrocinada, desde que

- a) o prazo de vigência do contrato seja compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) nem superior a 10 (dez) anos.
- b) a prestação de serviços tenha a Administração Pública como usuária direta e envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens.

- c) haja a realização de serviços públicos e de obras públicas e não envolva, obrigatoriamente, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- d) o período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos e que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra e a execução de obra pública.
- e) adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários haja contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**Questão 24:** FUNDATEC - Proc (N Horizonte)/Pref N Horizonte-SP/2017

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

De acordo com a Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, analise as seguintes assertivas:

- I. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada, cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos ou que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- II. Na contratação de parceria público-privada, serão observadas, dentre outras, as diretrizes de transparência dos procedimentos e das decisões, repartição objetiva de riscos entre as partes e sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.
- III. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

**Questão 25:** VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Sobre as concessões de serviço público e as parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta.

- a) A concessão de serviço público será precedida de licitação modalidade concorrência ou técnica e preço.
- b) É permitida a celebração de parceria público-privada cujo período da prestação do serviço seja de 3 (três) anos.

- c) De acordo com a Lei nº 8.987/1995, a permissão de serviço público será precedida de licitação, podendo a delegação do serviço ocorrer para pessoa física ou jurídica.
- d) A concessão de serviço público não pode ser precedida da execução de obra pública, devendo a contratação da obra ser objeto de contrato empreitada específico.
- e) É possível constituir parceria público-privada a concessão comum que não envolva contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**Questão 26:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

O Governo do Estado do Maranhão decidiu constituir uma parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, com a finalidade de contratar a construção de um estabelecimento prisional e a prestação de serviços associados a esse estabelecimento. Para garantia do recebimento da contraprestação pecuniária pelo parceiro privado, um imóvel onde funciona uma escola pública estadual, de propriedade do Estado, foi transferido ao Fundo Garantidor de Parcerias do Estado do Maranhão, após autorização da Assembleia Legislativa. Uma vez construída a unidade prisional e iniciada a prestação dos serviços a ela associados, o Estado passou a atrasar o pagamento da contraprestação devida ao parceiro privado. Por conta da inadimplência, o parceiro privado ajuizou ação de execução da dívida estatal, pleiteando em juízo a penhora do imóvel em que está instalado o estabelecimento escolar. E m vista de tal situação, é correto afirmar que

- a) em razão da natureza autárquica do Fundo, é impossível a penhora de bens de seu domínio.
- b) a transferência do imóvel para o Fundo Garantidor é nula, visto que deveria ter ocorrida a prévia desafetação do bem.
- c) em face da transferência para o Fundo Garantidor, o imóvel tornou-se bem de natureza particular, o que possibilita a sua constrição judicial para satisfação da dívida.
- d) quaisquer bens pertencentes ao Estado e às entidades por ele controladas são impenhoráveis e, portanto, o pedido de penhora deve ser negado.
- e) por se tratar de bem imóvel, deveria ser solicitada a hipoteca e não a penhora, que é utilizada apenas para bens móveis e semoventes.

**Questão 27:** FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Com o cenário nacional de contratos de parcerias público-privadas celebrados, somados aos editais de licitação e aos procedimentos de manifestação de interesse (PMI's) em curso, é possível tecer análise crítica sobre as situações que melhor se adequam às modalidades de contratação daquela natureza. Para decidir por uma das modalidades de parceria público-privada, a Administração pública deve analisar

- a) se o plano de negócios do parceiro privado é exequível, considerando que o aporte a ser arcado pelo poder concedente somente poderá ser liberado após início da prestação dos serviços.

- b) as propostas dos licitantes de modo a se certificar que o vencedor apresente valores que reflitam a exploração do serviço de forma autossuficiente, prescindindo de transferências ou aportes custeados pelo erário público.
- c) o serviço cuja delegação pretende, para apurar se haverá remuneração oriunda dos usuários, hipótese em que cabível a concessão administrativa, podendo ou não contar com aporte do poder público.
- d) o número de contratos de parceria público-privada em vigência, para garantir que não tenha sido ultrapassado o limite de endividamento que impede a concessão de garantias por parte do poder público, condição que o edital de licitação do novo contrato deverá considerar.
- e) a efetiva necessidade de participação do poder público na remuneração dos serviços, com a previsão de contraprestações e, eventualmente, aportes, providenciando, para tanto, prévios e consistentes estudos econômicos que demonstrem não ser viável a estruturação do negócio somente mediante a cobrança de tarifa dos usuários, quando esta for prevista.

**Questão 28:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs), é **CORRETO** afirmar:

- a) Os contratos de PPP podem ser celebrados pela Administração direta e indireta, bem como pelo Legislativo e Judiciário, no exercício atípico de suas funções administrativas.
- b) A celebração do contrato de PPP se dará exclusivamente com sociedade de propósito específico, a quem incumbe implantar e gerir a parceria.
- c) É vedada a celebração de concessão patrocinada em que a contraprestação paga pelo Poder Concedente seja superior a 70% (setenta por cento) da remuneração do particular.
- d) É vedado qualquer repasse de valores ao parceiro privado antes de os serviços por ele prestados estarem efetivamente disponíveis para fruição pela Administração ou pelos usuários.
- e) A licitação para a contratação de PPP se caracteriza pela necessária inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.

**Questão 29:** PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Sobre as parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004 – Lei de PPP), é **CORRETO** afirmar que:

- a) São contratos de parcerias público-privadas as concessões patrocinadas, as concessões administrativas e as concessões comuns.
- b) A elaboração do projeto executivo pode ser delegada ao parceiro privado, mas não a do projeto básico, que deve integrar o instrumento convocatório da licitação.
- c) O aporte de recursos do parceiro público para o parceiro privado exige a prévia execução das obras, a respectiva medição e o início da prestação do serviço.

d) A concessão administrativa é o contrato de concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

e) A obrigação de constituir sociedade de propósito específico para implantar e gerir o objeto da parceria público-privada tem como fonte a Lei de PPP.

**Questão 30:** CS UFG - Proc Mun (Pref Gyn)/Pref GYN/2015

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

No que diz respeito à parceria pública-privada, à luz do regramento introduzido pela Lei nº 11.079/2004,

a) a Lei n. 11.079/2004 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação nas modalidades de concorrência ou tomada de preços.

c) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não será inferior a 5 (cinco), nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.

d) a concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**Questão 31:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Sobre as parcerias público-privadas, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A concessão patrocinada é uma concessão de serviços públicos e/ou obras públicas em que, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, há uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

b) As concessões administrativas regem-se pela Lei nº 11.079/04, aplicando-se-lhes, adicionalmente, todas as disposições da Lei nº 8.987/95.

c) Os contratos de parceria público-privada têm como uma de suas características a repartição objetiva dos riscos entre as partes.

d) Os contratos de parceria público-privada têm prazo de vigência não inferior a 5 (cinco) anos e não superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

e) O Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas tem natureza privada, sendo penhoráveis os bens de seu patrimônio.

**Questão 32:** FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)



Determinado Estado da Federação pretende licitar a construção e a gestão de uma unidade prisional feminina, a primeira a ser edificada com essa finalidade específica, o que motivou a preocupação com o atingimento dos padrões internacionais de segurança e ressocialização. Assim, a modelagem idealizada foi uma concessão administrativa, na qual alguns serviços seriam prestados pelo parceiro privado. A propósito desse modelo e dos serviços objeto de delegação:

- a) é possível contratar a edificação da unidade prisional, mas o modelo de concessão administrativa não é adequado, na medida em que não há serviços públicos a serem delegados.
- b) pode ser adequado o modelo proposto, partindo da premissa de que são delegáveis os ciclos de consentimento e fiscalização do poder de polícia, reservando-se ao poder concedente as atividades pertinentes ao ciclo de imposição de ordem ou normatização e ao ciclo de sancionamento.
- c) é adequado o modelo proposto, considerando que alguns ciclos do poder de polícia são delegáveis, à exceção do ciclo normativo, não se adequando, contudo, o conceito da concessão administrativa, que pressupõe retribuição financeira pelo usuário do serviço, o que inexistente no presente caso.
- d) é adequado o modelo proposto, caso parte dos serviços públicos seja remunerada à proporção do número de detentas usuárias do serviço, bem como se a delegação pretendida se restringir às atividades de sancionamento.
- e) não é adequado, tendo em vista que somente seria possível lançar mão de uma parceria público-privada na hipótese da totalidade dos serviços abrangidos pela unidade poder ser delegada ao particular, somente sendo possível promover a contratação de obra pública com base na Lei nº 8.666/1993.

**Questão 33:** CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

À luz da Lei n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) São requisitos para a contratação de PPPs que o valor do contrato seja superior a R\$ 20 milhões e que o prazo de prestação do serviço seja superior a dez anos.
- b) O prazo total de vigência do contrato de PPP não pode ultrapassar trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- c) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária direta ou indireta, deles excetuando-se a execução de obra ou o fornecimento e instalação de bens.
- d) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas remunerados exclusivamente por meio de tarifa cobrada do usuário, conforme disciplina a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
- e) PPPs são contratos de concessão administrativa nos quais cabem ao parceiro privado os riscos do empreendimento, enquanto ao parceiro público compete o pagamento da remuneração.

**Questão 34:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta sobre a parceria público-privada:

**I** – Não constitui parceria público-privada a concessão de serviços públicos ou de obra pública quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**II** – Denomina-se concessão patrocinada o contrato de prestação de serviços de que a Administração seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**III** – A responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias e a repartição objetiva de riscos entre as partes são diretrizes que devem ser observadas na contratação da parceria público-privada.

**IV** – O prazo de vigência do contrato de parceria público privada, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não pode ser inferior a 05 (cinco) anos e nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.

- a) Estão corretas apenas as assertivas **I** e **III**.
- b) Estão corretas apenas as assertivas **I** e **IV**.
- c) Estão corretas apenas as assertivas **III** e **IV**.
- d) Estão corretas apenas as assertivas **II** e **III**.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**Questão 35:** FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

**Assunto:** Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

A União pretende apoiar Estados e Municípios em projetos de mobilidade urbana, em especial expansão e modernização de transportes sobre trilhos. Nesse sentido, como forma de alavancar os investimentos necessários, pretende fomentar a utilização de Parcerias Público-Privadas, eis que

- a) as despesas decorrentes dessa modalidade contratual não impactam o limite de endividamento público e permitem o comprometimento anual da receita corrente líquida, observado o limite de 10%.
- b) tais contratos, quando celebrados na modalidade concessão administrativa, permitem a complementação dos pagamentos públicos com a receita tarifária obtida pelo concessionário mediante a prestação de serviços ao usuário.
- c) a Administração contratante apenas efetua o pagamento da contraprestação pecuniária relativa à parcela fruível dos serviços objeto do contrato, após sua efetiva disponibilização.

d) viabilizam a utilização da capacidade de financiamento do setor privado para a construção de obras de grande vulto, mediante o oferecimento de garantias de pagamento pelo Poder Público, incidente sobre a arrecadação de impostos.

e) propiciam a construção da infraestrutura e a prestação de serviços aos usuários, que podem ser contratados em conjunto ou separadamente, no primeiro caso mediante concessão administrativa e no segundo, mediante concessão patrocinada.

## Direito Civil

### Teoria Geral das Obrigações

**Questão 36:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Princípios Gerais das Obrigações (conceito e fontes)

**Lourenço adquiriu imóvel em localidade servida por “Associação de Moradores”, à qual Lourenço não se associou.** Passado um mês em que se instalou no local, Lourenço recebeu, da associação, boleto de cobrança de taxa de manutenção, à qual não anuiu, bem como comunicado dando conta de que, em Assembleia Geral realizada um ano antes, decidiu-se que todas as pessoas que se instalassem no bairro seriam obrigadas a pagar contribuição, independentemente de anuência prévia, tendo em vista a necessidade de custeio de despesas, dentre as quais a contratação de segurança privada. O estatuto da referida associação nada dispõe sobre a transmissibilidade da qualidade de associado. De acordo com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, referida deliberação

- a) não atinge Lourenço, porque as taxas de manutenção criadas por associações de moradores não obrigam os não associados ou que a elas não anuíram.
- b) atinge Lourenço, porque a associação impõe, aos associados, direitos e obrigações recíprocos.
- c) atinge Lourenço, porque, no silêncio do estatuto, presume-se que a qualidade de associado se transmite do antigo para o novo proprietário do imóvel.
- d) não atinge Lourenço, porque as taxas de manutenção criadas por associações de moradores, independentemente do que dispõe o estatuto, não possuem caráter obrigatório, ainda que os associados tenham a elas anuído.
- e) atingirá Lourenço, independentemente de qualquer requisito, se comprovado que Lourenço se beneficia dos serviços mantidos pela Associação de Moradores.

**Questão 37:** FGV - Proc (Paulínia)/Pref Paulínia/2016

**Assunto:** Das Obrigações de Dar (arts. 233 a 246)

Joana contrata com Felipe a compra e a venda de televisor de propriedade deste, mediante pagamento à vista. Foi avençado que o bem seria entregue na casa da compradora em dez dias, sendo de responsabilidade do vendedor a entrega do bem.

Passados os dez dias da contratação, Felipe informa que a televisão havia sido roubada durante o trajeto da entrega e, portanto, o contrato estava resolvido em decorrência de força maior, não havendo a possibilidade de devolução do valor pago.

Joana consulta um advogado, que a instrui que

- a) como a televisão foi roubada sem culpa de Felipe e antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes, não sendo Felipe obrigado a restituir o valor pago.

- b) Felipe deverá entregar a Joana uma televisão de qualidade e marca iguais ou semelhantes àquela furtada, a ser escolhida por Joana, na medida em que o bem é fungível.
- c) o valor pago por Joana na compra da televisão deverá ser devolvido por Felipe, ainda que haja a configuração de hipótese de caso fortuito, pois a obrigação de Felipe de dar coisa certa não se efetivou.
- d) Joana poderá exigir a restituição do valor pago a Felipe, com direito a reclamar indenização por eventuais perdas e danos.
- e) Joana terá direito a reclamar perdas e danos, somente.

**Questão 38:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

**Assunto:** Das Obrigações de Dar (arts. 233 a 246)

Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor:

- a) antes da tradição resolve-se a obrigação.
- b) o credor pode resolver a obrigação ou pedir indenização pelo prejuízo.
- c) após a tradição o credor pode pedir indenização.
- d) é dele a opção entre resolver ou pagar a indenização.

**Questão 39:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Das Obrigações Alternativas (arts. 252 a 256)

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema das obrigações no âmbito do Código Civil. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- b) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato que se obrigou a não praticar.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- e) A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica ou pela razão determinante do negócio jurídico.

**Questão 40:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Das Obrigações Alternativas (arts. 252 a 256)

Com base nas assertivas propostas a seguir, assinale a alternativa **CORRETA** acerca do direito das obrigações no Código Civil brasileiro:

- I. O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- II. Na solidariedade passiva, a renúncia à solidariedade feita pelo credor deverá ser sempre total e uniforme, operando- se em favor de todos os devedores.
- III. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- IV. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- V. Na cessão de crédito, o devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.

- a) Apenas as assertivas I, II e V são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas I, III e V são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas III, IV e V são verdadeiras.
- e) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.

**Questão 41:** CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

**Assunto:** Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis (arts. 257 a 263)

À luz das disposições do direito civil pertinentes ao processo de integração das leis, aos negócios jurídicos, à prescrição e às obrigações e contratos, julgue o item a seguir.

Se o devedor solidário de uma dívida divisível falecer e deixar três herdeiros legítimos, tais herdeiros, reunidos, serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores, mas cada um desses herdeiros somente será obrigado a pagar a cota que corresponder ao seu quinhão hereditário.

Certo

Errado

**Questão 42:** FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

**Assunto:** Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis (arts. 257 a 263)

João deve entregar um colar que vale R\$ 300.000,00 a Maria, Paula e Joana, sendo que Maria remitiu o débito. Assim, Paula e Joana exigirão o colar, mas, de outro lado, deverão restituir a

João, o montante equivalente ao quantum remitido. Essa situação só pode ocorrer pelo fato de a obrigação em tela ser

- a) indivisível.
- b) divisível.
- c) solidária ativa.
- d) solidária passiva.
- e) subsidiária.

**Questão 43:** FUNDEP - Proc Mun (Uberaba)/Pref Uberaba/2016

**Assunto:** Das Obrigações Divisíveis e Indivisíveis (arts. 257 a 263)

Em relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O fiador que paga integralmente a dívida a qual se obrigou fica sub-rogado nos direitos e garantias do locador-credor, inclusive quanto ao privilégio da penhorabilidade do bem de família em relação ao locatário-afiançado.
- b) O depósito judicial do valor da condenação mantém, para o devedor, os efeitos da mora.
- c) Na obrigação solidária, o pagamento parcial efetivado por um dos codevedores e a remissão a ele concedida, alcança os demais, extinguindo a obrigação.
- d) O devedor de obrigação divisível, não havendo solidariedade, deve pagar a todos os credores, pois, se o pagamento integral for feito a quem não é credor único, nem tem poderes para representar os demais credores, há extinção apenas parcial da obrigação.

**Questão 44:** FUNDATEC - Proc (N Horizonte)/Pref N Horizonte-SP/2017

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

De acordo com o Código Civil Brasileiro, em relação às obrigações, analise as seguintes assertivas:

- I. Nas obrigações alternativas, não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- II. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- III. Na solidariedade passiva, o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida aproveitam aos outros devedores, até à concorrência da quantia paga ou relevada.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.

- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

**Questão 45:** VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Um veículo colidiu com um cavalo na pista de rolamento municipal, tendo o condutor se ferido gravemente, recebendo atendimento no hospital da municipalidade, onde veio a falecer. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade pela morte do condutor é do hospital, a quem caberá reparar o dano, pois o hospital é público e a responsabilidade por conduta médica é de natureza objetiva.
- b) O dono do animal responde civilmente pela morte, devendo reparar o dano, caso não provada a culpa da vítima ou força maior.
- c) A responsabilidade pela morte do condutor é da Municipalidade, que deverá reparar o dano, eis que sendo municipal a via em que houve o acidente, considera-se que há responsabilidade objetiva, ainda que se saiba quem era o dono do animal.
- d) Considera-se existente a responsabilidade solidária entre o hospital, o dono do cavalo e o Município pela morte do motorista, de forma que todos devem reparar o dano.
- e) Ninguém responderá pela morte do motorista se restar provado que o animal fugiu apesar de todos os cuidados pelo dono que não conseguiu evitar a sua fuga, se o município provar que havia placas alertando da possibilidade de animais na pista e o hospital demonstrar que não houve culpa no atendimento prestado.

**Questão 46:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Em relação às modalidades das obrigações, analise as seguintes assertivas:

- I. Aquele que se recusar ao cumprimento de uma obrigação de fazer instituída em caráter personalíssimo, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos.
- II. O credor pode exigir o desfazimento de obrigação realizada por devedor a cuja abstenção se obrigou.
- III. Em hipótese de urgência, o credor pode desfazer, independentemente de autorização judicial, a obrigação realizada por devedor a cuja abstenção se obrigou.
- IV. Na solidariedade passiva, a proposta de ação pelo credor contra qualquer um dos devedores importa em renúncia da solidariedade.

Quais estão corretas?



- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas I, II e III.

**Questão 47:** VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Assinale a alternativa correta a respeito das obrigações solidárias.

- a) O ajuizamento de ação, pelo credor, em desfavor de apenas um dos devedores solidários, não importa em renúncia da solidariedade.
- b) A solidariedade ativa se presume; a passiva resulta da lei ou da vontade das partes.
- c) É vedado ao credor renunciar à solidariedade em favor de apenas um ou alguns dos devedores solidários.
- d) Falecendo um dos credores solidários, cada um de seus herdeiros poderá, em regra, exigir o crédito por inteiro.
- e) Não se admite a instituição de solidariedade passiva em instrumento particular de confissão de dívida.

**Questão 48:** COPESE-UFT - Proc J (Araguaína)/Pref Araguaína/2014

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Analise os itens a seguir.

- I. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
- II. O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve.
- III. O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- IV. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

**Questão 49:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Das Obrigações Solidárias (arts. 264 a 285)

Caio, Tício e Mérvio são devedores solidários de Glauco, em quinhões iguais, do valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Glauco, sensibilizado com a precária situação financeira de Caio, exonerou-o da solidariedade. Logo depois, Tício tornou-se insolvente. No dia do vencimento, Mérvio pagou integralmente a dívida.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Mérvio não poderá regredir contra Caio para que participe do rateio do quinhão de Tício, pois ele fora exonerado da solidariedade por Glauco.
- b) Se, em vez de insolvente, Tício tivesse falecido, seu herdeiro seria obrigado a pagar a totalidade de sua parte na dívida, ainda que tal montante fosse superior ao valor da quota correspondente ao seu quinhão hereditário.
- c) A exoneração da solidariedade em relação a Caio importa em remissão da sua parte da dívida.
- d) Glauco não poderia ter exonerado Caio da solidariedade sem exonerar também Tício e Mérvio, uma vez que a renúncia só é válida se relativa a todos os devedores simultaneamente.
- e) Apesar da exoneração da solidariedade, Mérvio pode cobrar de Caio o correspondente ao seu quinhão, bem como a metade do que pagou pelo quinhão de Tício.

## Transmissão das Obrigações

**Questão 50:** VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

**Assunto:** Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)

Assinale a alternativa correta sobre o direito das obrigações, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- a) No pagamento com sub-rogação, o credor originário, só em parte reembolsado, terá preferência ao sub-rogado na cobrança da dívida restante.
- b) Na obrigação assumida por pessoa casada, é presumida a responsabilidade solidária do cônjuge.
- c) Na cessão de crédito, é ineficaz a cláusula pela qual o cedente não responde pela solvência do devedor.
- d) Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, cessa de pleno direito a solidariedade.
- e) Na assunção de dívida, quando for assinalado prazo para que o credor consinta com a assunção, seu silêncio será interpretado como aceitação.

**Questão 51:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015**Assunto:** Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente no momento em que conhece da cessão.
- b) Fala-se em ausência de eficácia em relação ao devedor quanto à cessão realizada sem a sua notificação.
- c) Quando estipulado, o cedente pode responder pela solvência do devedor.
- d) Havendo concordância do devedor originário, podem as garantias oferecidas por este ao negócio jurídico permanecerem válidas a partir da assunção da dívida.
- e) Não se interpreta como recusa o silêncio do credor quando assinado prazo para consentir na assunção da dívida.

**Questão 52:** CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014**Assunto:** Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)

Acerca de obrigações e contratos, assinale a opção correta.

- a) O princípio da função social dos contratos elimina a autonomia contratual.
- b) À luz da personalização e constitucionalização do direito civil, a real função do contrato não é tão somente a segurança jurídica, mas, também, o atendimento aos interesses da pessoa humana.
- c) Caso um indivíduo compre um apartamento por R\$ 100.000,00 mediante a entrega, ao vendedor, de R\$ 60.000,00 em espécie e um automóvel avaliado em R\$ 40.000,00, a oferta do automóvel como parte do pagamento descaracterizará o contrato de compra e venda, configurando, em verdade, uma permuta.
- d) Considere a seguinte situação hipotética. Aldo, Bruno e César assumiram dívida de obrigação relativa à entrega de um automóvel. Na vigência dessa obrigação, César faleceu, tendo deixado os herdeiros Elmo e Fausto. Após tais fatos, este último foi demandado sozinho para entregar o objeto. Nessa situação, por inferência da indivisibilidade da coisa, o credor deveria ter manejado a demanda conjuntamente em face de Elmo e Fausto, pois este não possui a obrigação de entregá-la por inteiro ao credor.
- e) Na cessão de crédito pro solvendo, o cedente se desonera inteiramente em relação ao cessionário apenas com a própria cessão, ou seja, independentemente do recebimento do crédito.

**Questão 53:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014**Assunto:** Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)

Analise as afirmações abaixo, sobre o direito das obrigações:

I – A obrigação *propter rem* é aquela que recai sobre uma pessoa, por força de determinado direito real, existindo em razão da situação jurídica do obrigado, de titular do domínio ou de detentor de determinada coisa;

II – No caso da cessão de crédito, o devedor estará impossibilitado de opor ao cessionário as exceções que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente, em razão do fenômeno da preclusão;

III – Pelo fato de configurar exceção à regra segundo a qual cada devedor responde apenas pela sua quota e por importar em agravamento da responsabilidade dos devedores, a responsabilidade solidária deve estar prevista, de forma expressa, na lei ou no contrato;

IV – O depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida será considerado pagamento e extinguirá a obrigação se o credor residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta, considerando C para as assertivas certas e E para as erradas:

- a) C, E, C, E
- b) C, E, C, C
- c) E, C, C, E
- d) C, E, E, C
- e) E, C, C, C

## Teoria do Adimplemento

**Questão 54:** CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

**Assunto:** Do Pagamento (arts. 304 a 333)

João celebrou contrato de locação de imóvel residencial com determinada imobiliária, que realizou negócio jurídico de administração do bem com Júlio, proprietário do referido imóvel. Conforme convencionado entre João e a imobiliária, o aluguel deveria ser pago a Carlos, um dos sócios da imobiliária, o qual costumeiramente recebia os aluguéis e dava quitação. Em determinado momento, João foi surpreendido com uma ação de despejo, na qual se argumentava que alguns pagamentos efetuados a Carlos não extinguiram a obrigação locatícia, porquanto ele tinha se retirado da sociedade no curso do contrato e o locatário não havia observado a alteração societária.

De acordo com o Código Civil, nessa situação,

- a) João deverá demonstrar que o pagamento foi revertido em favor da sociedade, para se eximir das cobranças.
- b) os pagamentos efetuados por João são válidos, pois Carlos é considerado credor putativo.

c) a validade dos pagamentos realizados por João depende de ratificação por Júlio, proprietário do imóvel.

d) João terá de pagar novamente o valor cobrado.

**Questão 55:** VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

**Assunto:** Do Pagamento (arts. 304 a 333)

O pagamento feito de boa-fé a credor putativo é

- a) nulo de pleno direito.
- b) ineficaz.
- c) inexistente.
- d) válido.
- e) dependente de ratificação.

**Questão 56:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Do Pagamento (arts. 304 a 333)

Com relação ao direito das obrigações, julgue o item que se segue.

Em regra, as obrigações pecuniárias somente podem ser quitadas em moeda nacional e pelo seu valor nominal.

Certo

Errado

**Questão 57:** IBFC - Proc (CM F Santana)/CM Feira de Stana/2018

**Assunto:** Da Dação em Pagamento (arts. 356 a 359)

Assinale a alternativa correta sobre os requisitos da dação em pagamento.

- a) São requisitos da dação em pagamento: que a coisa dada em pagamento seja a mesma que a estipulada como objeto da prestação e que o credor dê sua concordância a tal substituição
- b) São requisitos da dação em pagamento: que a coisa dada em pagamento seja outra que não o objeto da prestação e que o credor dê sua concordância a tal substituição
- c) São requisitos da dação em pagamento: que a coisa dada em pagamento seja outra que não o objeto da prestação e que seja dada autorização judicial a tal substituição
- d) São requisitos da dação em pagamento: que a coisa dada em pagamento seja a mesma que a estipulada como objeto da prestação e que seja dada autorização judicial a tal substituição

**Questão 58:** VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

**Assunto:** Da Novação (arts. 360 a 367)

Assinale a alternativa correta sobre novação, como forma de extinção das obrigações.

- a) Em regra, havendo novação, as garantias da dívida não são conservadas.
- b) A expromissão não representa modalidade de novação.
- c) As obrigações anuláveis não podem ser objeto de novação.
- d) A prorrogação do prazo de vencimento da dívida é hipótese de novação.
- e) Não se admite a novação tácita.

**Questão 59:** FUNDEP - Proc Mun (Uberaba)/Pref Uberaba/2016

**Assunto:** Da Novação (arts. 360 a 367)

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A teoria da base objetiva ou da base do negócio jurídico aplica-se às relações contratuais puramente civis.
- b) A novação, conquanto modalidade de extinção de obrigação em virtude da constituição de nova obrigação substitutiva da originária, impede a revisão dos negócios jurídicos antecedentes, máxime diante do princípio do *pacta sunt servanda*.
- c) Ocorrendo confusão, por incompatibilidade lógica e expressa previsão legal, extingue-se a obrigação.
- d) A transferência de cota de bem imóvel do alimentante para os alimentandos, com vistas a saldar débito alimentar, representa adiantamento da legítima.

**Questão 60:** IBFC - Proc (Divinópolis)/Pref Divinópolis/2018

**Assunto:** Da Compensação (arts. 368 a 380)

Relativamente à compensação, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Quando as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, não se podem compensar sem dedução das despesas necessárias à operação
- b) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever
- c) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever, mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado
- d) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vincendas e de coisas fungíveis

## Teoria do Inadimplemento

**Questão 61:** FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Disposições Gerais do Inadimplemento das Obrigações (arts. 389 a 393)

Discorrendo sobre a inexecução contratual positiva, escreveu Orlando Gomes:

*O conceito de inadimplemento ampliou-se com a importante contribuição trazida por Staub em sua famosa obra Die positiv Vertragsverletzungen, publicada em 1904, em que trata dos obstáculos ao cumprimento da obrigação. Aos três modos conhecidos de inadimplemento, acrescentou um, positivo, denominado, estreitamente para Wieacker, inexecução contratual positiva, ou, como prefere Hedemann, violação positiva do crédito. Configura-se o inadimplemento, nessa hipótese, pelo comportamento do devedor, que faz o que não deveria fazer, agindo quando deveria omitir-se. Pratica ele, em suma, uma ação injusta ao criar obstáculo ao cumprimento da obrigação, devendo-se, por conseguinte, interpretar-se tal comportamento como inadimplemento.*

*(Adaptado de: GOMES, Orlando. Transformações Gerais do Direito das Obrigações. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 1980, p. 157).*

A partir desse excerto e das regras legais vigentes, é **correto** afirmar que há violação positiva do contrato quando

- a) o alienante do estabelecimento empresarial, não havendo proibição expressa, faz concorrência ao adquirente nos 5 anos subsequentes à transferência.
- b) terceiro alicia pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem.
- c) o mandatário que, em qualquer circunstância, ciente da morte do mandante concluir negócio já começado.
- d) o segurado, ainda que não intencionalmente, agravar o risco objeto do contrato de seguro.
- e) o credor, contra a vontade do devedor, estipula fiança.

**Questão 62:** CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

**Assunto:** Da Mora (arts. 394 a 401)

Acerca de ato e negócio jurídicos e de obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

Em se tratando de obrigações negativas, o devedor estará em mora a partir da data em que realizar a prestação que havia se comprometido a não efetivar.

Certo

Errado

**Questão 63:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Da Mora (arts. 394 a 401)

A respeito da mora, considere:

I. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde que o praticou.

II. Nos contratos bancários, não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

III. Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos.

IV. É necessária, em regra, interpelação judicial ou extrajudicial para constituir em mora o devedor que não honra obrigação positiva e líquida no seu termo.

De acordo com o Código Civil e com jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**Questão 64:** FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

**Assunto:** Da Mora (arts. 394 a 401)

Carlos adquiriu um cavalo premiado para participar de competição de hipismo. O vendedor, Gil, comprometeu-se a entregar o cavalo em até dois dias do início da competição. Gil, no entanto, deixou de entregar o cavalo na data combinada, impossibilitando Carlos de participar do torneio. Entregou-o, porém, três dias depois. Carlos

- a) deverá necessariamente receber a coisa, não podendo reclamar satisfação das perdas e danos.
- b) deverá necessariamente receber a coisa, sem prejuízo de exigir satisfação das perdas e danos.
- c) deverá necessariamente enjeitar a coisa, exigindo satisfação das perdas e danos.
- d) poderá enjeitar a coisa e exigir satisfação das perdas e danos, caso entenda que a prestação se tornou inútil.
- e) poderá enjeitar a coisa e exigir somente a devolução da quantia paga, sem outros acréscimos.

**Questão 65:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Da Mora (arts. 394 a 401)

No que se refere à locação de imóveis urbanos, julgue o item que se segue.



Os juros de mora decorrentes do inadimplemento em contrato de locação fluem a partir do vencimento de cada parcela em atraso, inclusive para o fiador.

Certo

Errado

**Questão 66:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Das Perdas e Danos (arts. 402 a 405)

Em relação ao pagamento e ao inadimplemento das obrigações, analise as seguintes assertivas:

I. Não havendo pena convencional e sendo provado que os juros de mora não cobrem o prejuízo, descabe a fixação de indenização suplementar.

II. Observado o princípio da boa-fé, o pagamento reiterado feito em outro local permite presumir renúncia do credor em relação ao que tenha sido estabelecido no negócio jurídico.

III. Mesmo em caso de prestação obrigacional divisível, não pode o credor ser obrigado a receber de forma parcelada se assim não restou ajustado entre as partes.

IV. Em caso de inadimplemento de obrigações em contratos benéficos, respondem por simples culpa ambos os contratantes.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Apenas II, III e IV.

**Questão 67:** NC-UFPR - Proc Mun (Curitiba)/Pref Curitiba/2015

**Assunto:** Das Perdas e Danos (arts. 402 a 405)

Com relação ao adimplemento das obrigações, é **INCORRETO** afirmar:

a) A novação produz simultaneamente um efeito extintivo e um constitutivo. A renegociação de dívidas não é um caso de novação, porque lhe falta o inafastável requisito da intenção de novar.

b) Em caso de devedores solidários, a obrigação só se extingue até a parte respectiva nos casos de confusão e remissão de dívidas. Nos demais casos de adimplemento de parte ideal do débito, remanesce a solidariedade quanto ao saldo devedor.

c) Se o devedor realizar o pagamento da prestação ao cedente do crédito antes de cientificado da cessão, ficará desobrigado, porque, apesar de a cessão de crédito não depender de seu consentimento, a eficácia da cessão perante o devedor só se opera após a sua notificação.

d) O artigo 405 do Código Civil dispõe que “contam-se os juros de mora desde a citação inicial”. **A regra não é absoluta, pois se refere ao ilícito contratual nos casos em que se exige a interpelação do devedor para a sua constituição em mora.** Nos casos de mora ex re, em que o devedor é constituído em mora pelo simples advento do termo, a incidência dos juros moratórios tem início na data do vencimento da obrigação.

e) Suponha que foi avençado que o devedor efetuará o pagamento do empréstimo da quantia de R\$ 20.000,00 no domicílio do credor. Na data apazada, o devedor dirigiu-se ao escritório do credor, mas encontrou-o fechado. Para acautelá-lo contra os efeitos da mora, o devedor terá necessariamente de efetuar depósito da quantia em sede de ação judicial de consignação em pagamento.

**Questão 68:** FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

**Assunto:** Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)

Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que,

a) culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora e, sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada um dos outros somente pela sua quota, contudo, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

b) independentemente de culpa ou dolo, deixe de cumprir a obrigação e, sendo indivisível a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, todavia, o valor da sanção imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

c) independentemente de culpa ou dolo, deixe de cumprir a obrigação e, sendo solidária a obrigação, todos os devedores, caindo em falta um deles, incorrerão na pena, todavia, o valor da soma imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal e a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

d) culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora, e, quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor, poderá exceder o valor da obrigação principal e o juiz não poderá reduzi-la.

e) culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora e, se o prejuízo exceder ao previsto na cláusula penal, independentemente de estipulação no contrato, o credor poderá exigir indenização suplementar, até o montante do prejuízo e, neste caso, o juiz poderá reduzir o valor estabelecido a título de pena contratual.

**Questão 69:** FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

**Assunto:** Da Cláusula Penal (arts. 408 a 416)

Rubens celebrou contrato no âmbito do qual se comprometeu a reparar a instalação elétrica da residência de Nilce. Para o caso de não realizar o serviço no prazo, as partes estabeleceram que Rubens pagaria a Nilce 50% do valor do contrato, a título de cláusula penal. Na data em que a obrigação deveria ter sido integralmente cumprida, Rubens havia finalizado 90% dos serviços contratados. Nilce ajuizou ação postulando o pagamento de 50% do valor contratado, conforme as partes haviam estabelecido em contrato. Este valor deverá ser

- a) pago integralmente, porque o contrato faz lei entre as partes e a cominação não supera o valor do contrato.
- b) pago integralmente, porque o contrato faz lei entre as partes, as quais podem estipular cláusula penal de qualquer valor.
- c) afastado por completo, porque a lei comina nulidade à cláusula penal de valor superior a 30% do contrato.
- d) reduzido equitativamente, pelo juiz, porque a obrigação foi cumprida em grande parte.
- e) afastado por completo, porque a obrigação foi cumprida quase que integralmente.

**Questão 70:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Das Arras ou Sinal (arts. 417 a 420)

Com relação ao direito das obrigações, julgue o item que se segue.

De acordo com o entendimento do STJ, havendo cláusula de arrependimento em compromisso de compra e venda, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização maior a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.

Certo

Errado

## Teoria Geral dos Contratos

**Questão 71:** NC-UFPR - Proc Mun (Curitiba)/Pref Curitiba/2015

**Assunto:** Princípios contratuais no Código Civil

Levando em conta a boa-fé objetiva, identifique as afirmativas a seguir como **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)**:

( ) Em que pese haver cláusula contratual expressa prevendo a incidência de reajustes periódicos do valor das prestações, se tal dispositivo nunca for evocado durante todo o período de vigência do contrato, é indevida a cobrança de reajustes retroativos, por força da supressio, que é expressão do princípio da boa-fé.

( ) Em um negócio jurídico, constata-se manifesta desproporção entre prestação e contraprestação decorrente de manifesta inexperiência de uma das partes. Esta não

pode invocar a própria inexperiência como causa para anulação do negócio jurídico por lesão, já que isso configuraria violação do princípio que veda o comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).

( ) A norma constitucional que consagra o princípio da boa-fé objetiva obriga as partes contratantes a terem comportamento compatível com os fins econômicos e sociais pretendidos objetivamente pela operação negocial e impõe um padrão de conduta a ambos os contratantes, no sentido da recíproca cooperação, com consideração aos interesses comuns.

( ) Imputa-se à boa-fé objetiva as funções de cânone hermenêutico-integrativo do contrato, de criação de deveres jurídicos calcados na proteção, lealdade e cooperação, e, por fim, de limitação ao exercício dos direitos subjetivos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a) F – F – V – V.
- b) F – V – V – V.
- c) V – F – F – V.
- d) V – V – F – F.
- e) V – F – V – F.

**Questão 72:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Da Formação dos Contratos (arts. 427 a 435)

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema dos contratos no âmbito do Código Civil.

I - Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

II - Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, mesmo que de sua parte tenha agido com dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

III - O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

IV - No momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes.

Estão **CORRETAS** apenas as alternativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

**Questão 73:** PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

**Assunto:** Estipulação em favor de terceiro (art. 436 a 438)

Observe as assertivas a seguir:

I. Mesmo que se constate a ocorrência de motivos imprevisíveis e supervenientes que alterem o equilíbrio da relação contratual, o juiz só pode alterar o valor das prestações mediante requerimento do interessado.

II. A cessão de crédito opera-se entre credor cedente e terceiro cessionário, produzindo efeitos entre eles assim que concluído o negócio, independentemente do consentimento do devedor. Mas se o devedor pagar ao cedente antes de ter sido notificado da cessão de crédito, ele ficará desobrigado, já que a cessão de crédito não tinha ainda eficácia perante o devedor.

III. As pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública tomadoras de serviços de mão de obra terceirizada são solidariamente responsáveis pelos créditos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços no que se refere ao período em que estes empregados prestaram serviços em suas sedes.

IV. Adimplemento substancial é o adimplemento parcial em nível suficiente a afastar as consequências da mora e liberar o devedor do pagamento das prestações residuais, tendo em vista que a obrigação, apesar de não ter sido cumprida de modo integral, atendeu à sua função social.

Assinale alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo (considere V para verdadeira, e F para falsa):

a) V – V – V – F.

b) F – V – V – F.

c) V – F – V – V.

d) F – V – F – F.

e) V – V – F – F.

**Questão 74:** FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

**Assunto:** Dos Vícios Redibitórios (arts. 441 a 446)

Isac vendeu seu veículo a Juliano, por preço bem inferior ao de mercado, fazendo constar, no contrato de compra e venda, que o bem estava mal conservado e poderia apresentar vícios diversos e graves. Passados quarenta dias da realização do negócio, o veículo parou de funcionar. Juliano ajuizou ação redibitória contra Isac, requerendo a restituição do valor pago, mais perdas e danos. A pretensão de Juliano

a) improcede, porque, embora a coisa possa ser enfeitada, em razão de vício redibitório, as perdas e danos apenas seriam devidas se Isac houvesse procedido de má-fé.

b) procede, porque a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

c) improcede, porque firmou contrato comutativo, assumindo o risco de que o bem viesse a apresentar avarias.

d) improcede, porque não configurados os elementos definidores do vício redibitório e o comprador assumiu o risco de que o bem viesse a apresentar avarias.

e) procede, porque a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, mas está prescrita, porque se passaram mais de 30 dias da realização do negócio.

**Questão 75:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

**Assunto:** Dos Vícios Redibitórios (arts. 441 a 446)

Quanto aos vícios redibitórios é correto afirmar que só dão direito:

- a) à ação redibitória ou à estimatória, se houver conhecimento do vício pelo alienante.
- b) à pretensão indenizatória por perdas e danos, se houver conhecimento do vício pelo alienante.
- c) à opção pela ação estimatória, se forem vícios de fácil percepção.
- d) à ação redibitória, se forem vícios de fácil percepção.

**Questão 76:** VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

**Assunto:** Da Evicção (arts. 447 a 457)

Quanto à evicção, é correto afirmar que

- a) é necessária a comprovação do trânsito em julgado da sentença que reconhece a evicção para que o evicto possa exercer os direitos dela resultantes.
- b) o direito do evicto de recobrar o preço que pagou pela coisa evicta depende do alienante participar na ação em que terceiro reivindicar a coisa.
- c) para o exercício do direito de evicção, é suficiente que a parte fique privada do bem em decorrência de ato administrativo.
- d) as restrições decorrentes de tombamento do imóvel alienado ensejam evicção, mesmo que a adquirente tenha conhecimento do ato administrativo.
- e) nos contratos onerosos e gratuitos, o alienante responde pela evicção. Subsiste essa garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

**Questão 77:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Da Evicção (arts. 447 a 457)

Em relação aos contratos, analise as seguintes assertivas:

- I. Nos contratos civis, podem as partes, de forma expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- II. Em contratos de adesão, são consideradas inválidas as cláusulas que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da própria natureza do negócio jurídico.
- III. Descabe, por disposição de última vontade, ao que estipula em favor de terceiro reservar-se o direito de substituição do terceiro designado no contrato.
- IV. Exceto quanto à forma, o contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**Questão 78:** FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Exceção do contrato não cumprido (arts. 476 e 477)

João contratou Marcenaria da Família para fabricar móveis sob medida e instalá-los em sua casa. Ajustaram os contratantes que o pagamento do preço se daria em duas parcelas: a primeira, correspondente à metade, na data da assinatura do instrumento; e a segunda, referente à outra metade, quando da entrega do serviço, que deveria ocorrer em até seis meses. João efetuou o pagamento da primeira prestação, mas, ao término do prazo de seis meses estipulado, Marcenaria da Família não concluiu o serviço. Neste caso, João

- a) deverá consignar em pagamento o valor faltante, porque o prazo de pagamento de sua dívida está vencido.
- b) poderá reter o pagamento da importância faltante, até que o serviço seja entregue, e, se cobrado em Juízo, não poderá opor exceções, senão aquelas de natureza processual, porque sua dívida está vencida.
- c) poderá reter o pagamento da importância faltante, até que o serviço seja entregue, e, se cobrado em Juízo, opor exceção substancial prevista em lei.
- d) terá de pagar o valor faltante para exigir judicialmente o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, sob co minação de multa diária.
- e) somente poderá pleitear judicialmente a rescisão do contrato, além de perdas e danos.

## Direito Constitucional

### Histórico das Constituições no Brasil

**Questão 79:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Histórico das Constituições no Brasil

Marque a alternativa que contém proposição incorreta:

- a) A divisão de competências no sistema constitucional de 1988 ao introduzir o modelo de competências exclusivas e privativas conferidas à União, como estrutura de coordenação federativa, acabou por estabelecer uma forma de hierarquia entre a lei federal e estadual, conforme entendido pela doutrina constitucionalista pátria;
- b) O STF acolhe a doutrina do *substantive due process of law* e nessa esteira tem afastado a validade de atos estatais que não observam as limitações que incidem sobre o poder normativo do Estado, produzindo prescrições que ofendem os padrões de razoabilidade;
- c) A Constituição de 1988, em seu texto atual (EC nº 32), não admite que o Presidente da República possa editar medida provisória que contenha matéria reservada a lei complementar, tais como as normas que regulam outras hipóteses de inelegibilidade no processo eleitoral, além das já previstas no texto constitucional
- d) A aposentadoria compulsória de tabelião era possível até o advento da EC nº 20/98, conforme entendimento atual do STF, isto porque segundo este somente até a promulgação da emenda 20/98, o ordenamento constitucional estendia o instituto da aposentadoria compulsória a tabeliães e registradores;
- e) A jurisprudência do STF firmou entendimento no sentido de que não há direito adquirido do servidor público à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por lei superveniente preserve o montante global da remuneração.

### Teoria da Constituição

**Questão 80:** AOCP - Proc Mun I (Pref JF)/Pref JF/2016

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Acerca da classificação das constituições, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Outorgadas ou ditatoriais são as Constituições impostas unilateralmente por uma pessoa ou grupo que exerce poder político sem respaldo popular.
- b) Promulgadas, democráticas, votadas ou populares são as Constituições elaboradas com a efetiva participação do povo, que, para tanto, elege uma Assembleia Nacional Constituinte com a tarefa de elaborar o texto constitucional em conformidade com os anseios populares.
- c) Rígida é a Constituição somente alterável mediante processo, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis que os de formação das leis ordinárias ou complementares.



d) As Constituições analíticas, também conhecidas como extensas, prolixas ou amplas, são aquelas que tratam meticulosa e detalhadamente de vários assuntos, exibindo grande quantidade de artigos.

e) As Constituições dogmáticas, também conhecidas como históricas, consagram valores dominantes na época de sua elaboração, podem ser escritas ou não e elaboradas de uma vez só, ou ainda, ao longo do tempo pelo poder constituinte derivado.

**Questão 81:** VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

A Constituição Federal de 1988, utilizando como critério a extensão ou finalidade, conforme classificação apontada pela doutrina, pode ser tida como

a) histórica ou costumeira, pois surgiu da longa tradição do povo brasileiro, por meio de um contínuo processo histórico e social.

b) material ou dogmática, pois o seu conteúdo é de regras materialmente constitucionais.

c) dirigente ou analítica, na medida em que é composta de várias espécies normativas eleitas de acordo com os anseios do povo.

d) flexível, pois estabelece um processo legislativo especial para a reforma constitucional.

e) garantia ou sintética, pois contém apenas regras e princípios básicos referentes à organização e limites do Estado.

**Questão 82:** PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Sobre as possíveis classificações da Constituição, assinale a afirmação CORRETA.

a) Na classificação de Loewenstein, a Constituição semântica é juridicamente válida, porém, não é real e efetiva. Nesse caso, a Constituição possui validade jurídica, todavia, não é integrada na comunidade política e social.

b) A Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 5/10/1988, pode ser classificada como semirrígida, porque admite o fenômeno da mutação.

c) As Constituições classificadas como flexíveis são assim conhecidas porque admitem a alteração de seu conteúdo, desde que por meio de um processo legislativo formal, solene e mais dificultoso que o ordinário.

d) A noção de Constituição dirigente determina que, além de organizar e limitar o poder, a Constituição também preordena a atuação governamental por meio de planos e programas de constitucionais vinculantes.

e) As Constituições tidas por rígidas são típicas de exercícios políticos autoritários e temporalmente ilimitados.

**Questão 83:** CS UFG - Proc Mun (Pref Gyn)/Pref GYN/2015

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

A teoria da Constituição, segundo a doutrina constitucionalista, é o conjunto de categorias dogmático-científicas que possibilitam o estudo dos aparelhos conceituais e dos métodos de conhecimento da lei fundamental do Estado. No que tange ao conceito de constituição, considerando a sua pluralidade de acepções, depreende-se que:

- a) Constituição Sociológica – é que se irmanara com os fatores reais de poder, que regem a sociedade, e equivalem à força ativa de todas as leis da sociedade, entendimento esse atribuído primordialmente a Konrad Hesse.
- b) Constituição como ordem material e aberta da comunidade – serviria para delinear os fundamentos e os princípios que norteiam o funcionamento do Estado, tendo como meta resolver conflitos da comunidade, disciplinando as relações sociais em constante evolução, sentido empregado por Ferdinand Lassalle.
- c) Constituição Plástica – é aquela que apresenta uma mobilidade, projetando a sua força normativa na realidade social, política, econômica e cultural do Estado, conforme a perspectiva defendida por Raul Machado Horta.
- d) Constituição Política – é o conjunto de normas que dizem respeito a uma decisão política fundamental, ou seja, aos direitos individuais, à vida democrática, aos órgãos do Estado e à organização do poder, tendo como seu principal defensor Hans Kelsen.

**Questão 84:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

No que diz respeito à teoria geral do Direito Constitucional, pode-se afirmar que:

- a) A ideia da constitucionalização simbólica introduzida por Marcelo Neves tem como contexto a discussão sobre a função simbólica de textos constitucionais que careçam de uma concretização normativo-jurídica, o que corresponde claramente, segundo aquele teórico, à tradicional discussão sobre ineficácia das normas constitucionais, como no pensamento de José Afonso da Silva;
- b) Niklas Luhmann define a Constituição como “acoplamento estrutural” entre política e direito, dando realce, assim, às interpenetrações entre sistemas sociais autônomos, o político e o jurídico;
- c) As Constituições ditas analíticas se caracterizam por serem concisas, breves e sumárias;
- d) No pensamento de Karl Loewenstein, as Constituições semânticas são aquelas cujos significados fundamentais encontram realização e correspondência com a realidade social e política do Estado;
- e) Manoel Gonçalves Ferreira Filho apresenta classificação em que a Constituição-balanço estabelece um projeto de Estado.

**Questão 85:** VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2014

**Assunto:** Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

A Constituição Federal de 1988, utilizando como critério as classificações apontadas pela doutrina, pode ser tida como

- a) histórica, pois surgiu da longa tradição do povo brasileiro por meio de um contínuo processo histórico e social.
- b) material, pois o seu conteúdo é de regras materialmente constitucionais.
- c) flexível, pois as normas constitucionais podem ser alteradas.
- d) rígida, pois estabelece um processo legislativo especial para a reforma constitucional.
- e) garantia, pois contém apenas regras e princípios básicos referentes à organização e limites do Estado.

## Poder Constituinte

**Questão 86:** FAUEL - Proc Mun (Paranavaí)/Pref Paranavaí/2018

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Acerca do Poder Constituinte, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que:

- a) A doutrina tradicional enfatiza que o poder constituinte originário é ilimitado, no sentido de não estar sujeito a limites impostos por qualquer outra lei. Atualmente, entretanto, é assente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que os tratados internacionais de direitos humanos impõem limites ao poder constituinte originário, uma vez que dizem respeito a direitos com conteúdo típicos de direito natural, que existem *a priori*, portanto. Seria impensável, por exemplo, com fulcro nesse entendimento, admitir que eventual poder constituinte originário permitisse a segregação racial ou a tortura.
- b) O abade Sieyès foi o primeiro a sistematizar a doutrina do poder constituinte, em sua obra **“O que é o Terceiro Estado?”**, que influenciou fortemente a Revolução Francesa. Nessa obra, a titularidade do poder constituinte passou a ser atribuída ao povo - ou à nação, como preferia o padre Sieyès - abandonando-se, desse modo, as visões que atribuíam ao monarca ou a Deus a titularidade do poder.
- c) O poder constituinte derivado reformador diz respeito àquele atribuído aos Estados-membros para se auto organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, estando, no entanto, tal poder limitado pelas balizas traçadas pela Carta Magna, devendo respeitar os princípios nela consignados.
- d) A mutação constitucional consiste em espécie de poder constituinte difuso, em que a alteração do sentido de norma constitucional se revela como um poder de fato que culmina em uma modificação formal do texto constitucional. O Supremo Tribunal Federal já se valeu do expediente da mutação constitucional em diversos julgamentos, como, por exemplo, naquele em que se reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar.
- e) As emendas constitucionais podem ser propostas pelo Presidente da República, por um terço no mínimo dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e por mais da metade das Assembleias Legislativas. O projeto será discutido e votado em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.

**Questão 87:** CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

I Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente.

II O poder constituinte derivado reformador, também chamado de poder constituinte difuso, refere-se às mutações constitucionais.

III Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, mesmo que sua forma não seja mais admitida pela Constituição superveniente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**Questão 88:** Instituto AOCP - Proc (Pinhais)/Pref Pinhais/2017

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O poder constituinte originário, que também pode ser chamado de 1º grau ou inicial, é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.
- b) De acordo com a corrente jusnaturalista, o poder constituinte originário estaria limitado ao direito natural. Assim, na elaboração de uma nova constituição, deveria-se respeitar certos imperativos do direito natural.
- c) O Brasil, conforme doutrina majoritária, adotou a corrente positivista, segundo a qual nem mesmo o direito natural limitaria a atuação do poder constituinte originário.
- d) Prevalece entendimento segundo o qual não há poder constituinte derivado decorrente no âmbito municipal.
- e) A competência revisional, do art. 3º do ADCT, não pode ser novamente realizada com fundamento nesse dispositivo, em razão da eficácia exaurível e aplicabilidade esgotada da aludida regra.

**Questão 89:** CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

A respeito do poder constituinte, julgue o item a seguir.

O poder constituinte derivado reformador manifesta-se por meio de emendas à CF, ao passo que o poder constituinte derivado decorrente manifesta-se quando da elaboração das Constituições estaduais.

Certo

Errado

**Questão 90:** CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Assinale a opção correta, com relação ao direito constitucional.

- a) Expresso na CF, o direito à educação, que possui aplicabilidade imediata, é de eficácia contida.
- b) De acordo com a doutrina dominante, a possibilidade de o município de Belo Horizonte editar a sua própria lei orgânica provém do poder constituinte derivado decorrente.
- c) Conforme entendimento do STF, é vedada a aplicação de multa ao poder público nas situações em que este se negar a cumprir obrigação imposta por decisão judicial, sob o risco de violação do princípio da separação dos poderes.
- d) O poder constituinte difuso manifesta-se quando uma decisão do STF altera o sentido de um dispositivo constitucional, sem, no entanto, alterar seu texto.

**Questão 91:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

**“...se o poder constituinte se destina a criar uma constituição concebida como organização e limitação do poder, não se vê como esta ‘vontade de constituição’ pode deixar de condicionar a vontade do criador. Por outro lado, este criador, este sujeito constituinte, este povo ou nação, é estruturado e obedece a padrões e modelos de condutas espirituais, culturais, éticos e sociais radicados na consciência jurídica geral da comunidade e, nesta medida, considerados como ‘vontade do povo’. Além disto, as experiências humanas vão revelando a indispensabilidade de observância de certos princípios de justiça que, independentemente da sua configuração (como princípios suprapositivos ou como princípios supraleais mas intra-jurídicos) são compreendidos como limites da liberdade e onipotência do poder constituinte. Acresce que um sistema jurídico interno (nacional, estadual) não pode, hoje, estar out da comunidade internacional. Encontra-se vinculado a princípios de direito internacional (princípio da independência, princípio da autodeterminação, princípio da observância de direitos humanos).”**

*(CANOTILHO, Joaquim José Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição)*

No excerto acima transcrito, o autor discorre sobre a

- a) compreensão da doutrina clássica do poder constituinte.

- b) relação dicotômica entre poder constituinte originário e poder constituinte derivado.
- c) relação dicotômica entre poder constituinte originário e poder constituinte decorrente.
- d) relação dicotômica entre poder constituinte nacional e poder constituinte supranacional.
- e) existência de condicionantes materiais à atuação do poder constituinte.

**Questão 92:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

A Constituição do Estado “X” estabelece a possibilidade de o Governador do Estado adotar medida provisória, em caso de relevância e urgência. Tal previsão é:

- a) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Decorrente autoriza o Estado a legislar plenamente para atender as suas peculiaridades.
- b) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Reformador autoriza o Estado a legislar concorrentemente, dotando-lhe de competência suplementar e supletiva.
- c) Inconstitucional, porque apenas o Presidente da República tem legitimidade ativa para a sua adoção, sendo este o atual entendimento jurisprudencial do STF.
- d) Constitucional, porque o Poder Constituinte Derivado Decorrente confere ao Estado capacidade de auto-organização, mediante a qual rege-se pela constituição e leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal.
- e) Inconstitucional, porque a adoção de medidas provisórias pelo Governador do Estado está condicionada exclusivamente à hipótese de federalização de graves violações a direitos humanos.

**Questão 93:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Os Estados, em nossa Federação, têm autonomia legislativa e administrativa, o que é demonstrado por sua capacidade de elaboração de orçamento e de elaboração de legislação. Sobre isso, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Denomina-se de Poder Constituinte Derivado Decorrente aquele que dá ao Estado o poder de elaborar sua Constituição, demonstrando sua capacidade de auto-organização. Como derivado, no entanto, esse poder deve obediência aos comandos do Poder Constituinte Originário.
- b) Os Estados, no exercício de seu poder constituinte, devem obediência aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, exceto no que diz respeito aos limites explicitados pelos princípios constitucionais sensíveis.
- c) Os Estados, em sua capacidade de autogoverno, estruturam seus poderes. Um exemplo é o estabelecimento de regras para organização do Poder Legislativo, que poderá ser ou não bicameral, já que a única exigência feita pelo poder constituinte originário é que o poder legislativo estadual exista.

d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e das Assembleias Legislativas dos envolvidos.

e) Os Estados, na Federação brasileira, têm competência administrativa comum, legislativa concorrente, reservada, mas não possuem competência delegada.

**Questão 94:** PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

A tarefa do Poder Constituinte é criar normas jurídicas de valor constitucional, isto é, fazer a Constituição que atenda às demandas políticas e jurídicas de criação ou transformação. Sobre a teoria do Poder Constituinte, assinale a assertiva CORRETA.

a) O Poder Constituinte derivado é competência constitucional estabelecida voltada exclusivamente à revisão do texto constitucional.

b) O Poder Constituinte derivado decorrente não pode ser considerado limitado, sob pena de violação do princípio da autonomia dos entes federados.

c) De acordo com a teoria clássica do Poder Constituinte, a Constituição é resultado do exercício de um poder originário, anterior e superior a ela, no qual ela se radica e do qual advém toda a sua premência e irrestrição.

d) O processo da mutação constitucional equivale formalmente ao exercício do Poder Constituinte derivado reformador.

e) O Poder Constituinte – tanto em sua versão originária quanto derivada – possui as mesmas características e limites, já que estabelece normas constitucionais por meio de um processo legislativo extraordinário.

**Questão 95:** CS UFG - Proc Mun (Pref Gyn)/Pref GYN/2015

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O poder constituinte derivado decorrente estabelece e reformula a constituição do Estado-membro, organizando, constitucionalmente, as ordens jurídicas estaduais, com reflexos sensíveis na municipalidade. Diante disso, considerando os princípios, as vedações e os limites ao desempenho do poder constituinte estadual, conclui-se que:

a) a vedação de recusar fé aos documentos públicos estipulada pela Constituição Federal aos Municípios é de uma limitação explícita mandatária.

b) os limites heterônomos são as vedações do poder constituinte decorrente, inicial e reformador fixadas na Constituição Federal.

c) a forma de investidura em cargos eletivos e o processo legislativo previstos na Constituição Federal são princípios constitucionais extensíveis que integram a estrutura da Federação brasileira.

d) as limitações explícitas vedatórias compelem os Estados a observar as diretrizes que contenham restrições à liberdade organizatória.

**Questão 96:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Em relação à reforma da Constituição, assinale a afirmativa correta.

- a) A emenda constitucional que disponha sobre a formação de coligações partidárias não estará sujeita à regra da anualidade eleitoral.
- b) A emenda constitucional não pode ter sua constitucionalidade examinada utilizando-se, como paradigma de confronto, normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
- c) A revisão constitucional, tal qual disciplinada na Constituição Federal, não está sujeita ao limitador oferecido pelas cláusulas pétreas.
- d) Os limites materiais à reforma da Constituição protegem a literalidade da disposição constitucional que verse sobre a respectiva matéria.
- e) Não precisa ser reapreciado, pela Câmara dos Deputados, o projeto de emenda constitucional que tenha expressão suprimida pelo Senado Federal, mas que preserve o sentido normativo do conteúdo remanescente.

**Questão 97:** FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Proposta de emenda à Constituição subscrita por 27 Senadores pretende alterar os dispositivos da Constituição relativos à chefia do Poder Executivo federal, bem como à forma de escolha dos Ministros de Estado, para estabelecer que: a) o Poder Executivo será exercido pelo Presidente da República, na qualidade de chefe de Estado, com o auxílio dos Ministros de Estado, dentre os quais caberá ao Primeiro-Ministro a chefia de governo; b) o Primeiro-Ministro será escolhido dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, integrantes de uma das Casas legislativas, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional; c) o Primeiro-Ministro poderá ser destituído do cargo pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional, mediante requerimento de qualquer membro das Casas legislativas, nas hipóteses estabelecidas na Constituição.

Se eventualmente aprovada, a emenda constitucional resultante de proposição com essas características

- a) violaria limite formal ao poder de reforma constitucional, referente à iniciativa para sua propositura.
- b) violaria limite material implícito ao poder de reforma constitucional, referente ao sistema de governo adotado pela Constituição, bem como limite explícito, relativo à separação de poderes.
- c) violaria limite material explícito ao poder de reforma constitucional, relativo à separação de poderes, tão somente no que se refere à escolha do Primeiro Ministro pelo Congresso Nacional.
- d) somente entraria em vigor após ser submetida a plebiscito.



e) deveria ser promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional e, após publicada, entraria em vigor imediatamente, salvo se a própria emenda dispusesse em sentido contrário.

**Questão 98:** VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O poder constituinte derivado, com força de modificar a Constituição Federal de 1988, pode ser considerado como

- a) incondicionado e limitado juridicamente.
- b) soberano e incondicionado.
- c) secundário e condicionado.
- d) primário e limitado constitucionalmente.
- e) autônomo e limitado no que se refere às cláusulas pétreas.

**Questão 99:** CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

**Assunto:** Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Assinale a opção correta em relação à disciplina constitucional do poder constituinte no Brasil.

- a) Não existe direito adquirido a regime jurídico, mesmo em face do poder constituinte estadual de reforma.
- b) Emenda constitucional pode determinar que o poder constituinte de revisão se realize a cada cinco anos.
- c) O poder constituinte originário estadual sujeita-se aos mesmos condicionamentos do poder constituinte reformador federal.
- d) A CF não poderá ser emendada na constância do emprego da Força Nacional de Segurança.
- e) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposição da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

## Controle de Constitucionalidade

**Questão 100:** FAUEL - Proc Mun (Paranavaí)/Pref Paranavaí/2018

**Assunto:** Noções Gerais (Controle de Constitucionalidade)

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- a) Cabe ação direta de inconstitucionalidade em face de lei do Distrito Federal, ainda que a tenha editado com fundamento em sua competência legislativa municipal.

b) A modulação temporal das decisões em controle judicial de constitucionalidade decorre diretamente da Carta de 1988 ao consubstanciar instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade das leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, notadamente a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima, além de encontrar lastro também no plano infraconstitucional.

c) Inexiste controle concentrado de lei ou ato normativo municipal frente a Constituição Federal, quer perante os tribunais de justiça dos estados, quer perante o Supremo Tribunal Federal. A Constituição Federal não admite sequer o controle, em abstrato, de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição estadual, junto ao tribunal de justiça do Estado.

d) O efeito vinculante e a eficácia contra todos (erga omnes), que qualificam os julgamentos que o Supremo Tribunal Federal profere em sede de controle normativo abstrato, incidem sobre os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

e) A superveniência de uma nova Constituição torna inconstitucionais os atos estatais a ela anteriores e que, com ela, sejam materialmente incompatíveis. Em ocorrendo tal situação, a incompatibilidade normativa superveniente resolver-se-á por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

#### Questão 101: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil

No Brasil, com relação ao controle abstrato de constitucionalidade de lei ou ato normativo no âmbito estadual, é correto afirmar que

- a) passou a existir, de forma obrigatória, com CF de 1891.
- b) passou a existir, de forma facultativa, com a CF de 1946.
- c) passou a existir, de forma obrigatória, com a CF de 1967.
- d) passou a existir, de forma facultativa, com a CF de 1934.
- e) passou a existir, de forma obrigatória, com a CF de 1988.

#### Questão 102: CESPE - Proc (PGE SE)/PGE SE/2017

**Assunto:** Formas de Controle: jurisdicional e político, prévio e posterior, concreto e abstrato

Embora o sistema brasileiro não admita o controle jurisdicional da constitucionalidade material dos projetos de lei, a jurisprudência do STF reconhece, excepcionalmente, que tem legitimidade para impetrar mandado de segurança

- a) o parlamentar ou o MP, em se tratando de proposta de emenda à CF ou projeto de lei tendente a abolir cláusula pétrea.
- b) qualquer cidadão ou o MP, se o projeto de lei tender a abolir cláusula pétrea.
- c) apenas o MP, caso se trate exclusivamente de proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusula pétrea.
- d) o parlamentar, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposição tendente a abolir cláusulas pétreas.

e) a mesa de qualquer uma das casas legislativas, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusulas pétreas.

**Questão 103:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Formas de Controle: jurisdicional e político, prévio e posterior, concreto e abstrato

Considere as assertivas abaixo, acerca do controle de constitucionalidade.

I - Uma decisão do TJ local proferida em ADI estadual, tendo por parâmetro norma da Constituição Estadual de imitação de norma da CF, não poderá ser submetida a exame pelo STF mediante a interposição de Recurso Extraordinário.

II - O controle prévio jurisdicional difuso, realizado em concreto mediante impetração de mandado de segurança, somente pode ser suscitado por parte de quem tenha direito subjetivo lesado ou ameaçado de lesão (interesse legítimo) quando se tratar da tramitação de Proposta de Emenda Constitucional, nunca de projeto de lei.

III - Quando julgado o mérito de ADI, havendo decisão de procedência sem manifestação expressa em sentido contrário, produzir-se-ão efeitos repristinatórios da norma revogada pela norma então julgada inconstitucional.

Sobre as assertivas acima, é correto afirmar que

- a) todas as afirmativas são incorretas.
- b) a alternativa I é incorreta; as alternativas II e III são corretas.
- c) somente a alternativa II é correta.
- d) somente a alternativa III é correta.
- e) as alternativas I e II são corretas; a alternativa III é incorreta.

**Questão 104:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Formas de Controle: jurisdicional e político, prévio e posterior, concreto e abstrato

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

Decreto legislativo editado pelo Poder Legislativo para sustar ato normativo do Poder Executivo por exorbitância do poder regulamentar pode ser apreciado em controle abstrato de normas, oportunidade em que o tribunal competente deverá analisar se tal ato normativo efetivamente extrapolou a lei objeto de regulamentação para, somente depois disso, decidir sobre a constitucionalidade do referido decreto legislativo.

Certo

Errado

**Questão 105:** FUNDATEC - Proc Mun (Pref POA)/Pref POA/2016

**Assunto:** Formas de Controle: jurisdicional e político, prévio e posterior, concreto e abstrato

Para responder à questão, considere a Constituição Federal e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF.

Analise as assertivas abaixo:

- I. O STF já assentou o entendimento de que é admissível a ação direta de inconstitucionalidade em face de emenda constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária.
- II. O STF não tem competência para julgar ações ordinárias que impugnem atos do TCU e, como o acessório segue o principal, o mesmo se passa com as ações cautelares preparatórias dessas demandas.
- III. Não é possível a utilização do procedimento de controle administrativo como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, inclusive por usurpação da função jurisdicional do STF, bem como lei ou norma de caráter ou efeito concreto já exaurido pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, em ação direta de inconstitucionalidade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

**Questão 106:** VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

**Assunto:** Formas de Controle: jurisdicional e político, prévio e posterior, concreto e abstrato

Como ato decorrente do controle difuso da constitucionalidade, a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, é realizada

- a) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, por ato do Senado Federal, ante a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- b) com efeito *erga omnes* e *ex tunc*, por ato do Senado Federal, ante a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- c) com efeito *erga omnes* e *ex tunc*, automaticamente, mediante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, automaticamente, mediante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, por ato do Presidente do Supremo Tribunal, ante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

**Questão 107:** CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017

**Assunto:** Controle Difuso (incidental ou incidenter tantum)

No que concerne a controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

Se a demanda versar exclusivamente sobre direitos disponíveis, é vedado ao juiz declarar de ofício a inconstitucionalidade de lei, sob pena de violação do princípio da inércia processual.

Certo

Errado

**Questão 108:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Controle Difuso (incidental ou incidenter tantum)

Em junho de 2011, o **Supremo Tribunal Federal – STF, no julgamento de agravo em recurso extraordinário com repercussão geral**, reafirmou sua jurisprudência e fixou tese segundo a qual **“é incompatível com a Constituição lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro, por extrapolar a competência legislativa do município”**. Diante desses elementos, considere as seguintes afirmações à luz da Constituição da República, da legislação pertinente e da jurisprudência do STF:

I. A tese fixada em repercussão geral remete ao tema da repartição de competências legislativas promovida pela Constituição entre os entes da federação, sob o aspecto de que a competência suplementar do Município não pode ser exercida de modo a conflitar com a competência privativa da União para, no caso, legislar sobre trânsito e transporte.

II. A decisão proferida pelo STF em sede de repercussão geral obsta, desde sua publicação, a edição de lei municipal que imponha a infração de trânsito sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

III. Decisões judiciais transitadas em julgado em sentido contrário à tese fixada em sede de repercussão geral e anteriores a esta não são automaticamente atingidas pela decisão do STF, que teria o condão de produzir efeitos, na esfera judicial, em relação aos processos pendentes que versassem sobre a questão suscitada, nos termos da legislação processual.

IV. O próprio STF não se vincula aos termos da decisão proferida em sede de repercussão geral, diferentemente, contudo, do que ocorre em relação à súmula vinculante, que vincula a todos os órgãos judiciais, somente podendo ser revista ou cancelada mediante provocação dos legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I, II e IV.

- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II, III e IV.

**Questão 109:** FUNDEP - Proc Mun (Uberaba)/Pref Uberaba/2016

**Assunto:** Controle Difuso (incidental ou incidenter tantum)

A respeito do controle de constitucionalidade, analise as seguintes afirmativas.

I. O Supremo Tribunal Federal reconhece a legitimidade da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando a controvérsia constitucional se identificar com o objeto único da demanda.

II. A tutela jurisdicional de situações individuais, uma vez suscitada a controvérsia de índole constitucional, há de ser obtida na via do controle difuso de constitucionalidade, que, diante de um caso concreto, revela-se acessível a qualquer pessoa que disponha de interesse e legitimidade.

III. Os atos normativos ministeriais que afrontarem a Constituição da República podem ser objeto de controle difuso de constitucionalidade.

IV. O ajuizamento da ação declaratória de constitucionalidade, que faz instaurar processo objetivo de controle normativo abstrato, supõe a existência de efetiva controvérsia judicial em torno da legitimidade constitucional de determinada lei ou ato normativo federal.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**Questão 110:** FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Proposta ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal,

- a) o Advogado-Geral da União não será citado para a defesa do ato normativo impugnado quando esse tiver sido editado em âmbito estadual.
- b) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade do ato normativo impugnado poderá ser tomada na hipótese de estarem presentes na sessão apenas oito Ministros, podendo ser declarado inconstitucional, com efeitos vinculantes, pelo voto de cinco dos presentes.

- c) o Tribunal poderá conceder medida cautelar com eficácia contra todos, mas não para alcançar atos jurídicos praticados anteriormente à decisão judicial.
- d) a concessão de medida cautelar pelo Tribunal torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação sentido contrário.
- e) o autor poderá desistir da ação apenas enquanto não juntado aos autos do processo o parecer emitido pelo Procurador- Geral da República.

**Questão 111:** CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

No tocante às técnicas de decisão em sede de controle abstrato, julgue o item que se segue.

Se a inconstitucionalidade de uma norma atinge outra, tem-se a denominada inconstitucionalidade consequencial ou por arrastamento.

Certo

Errado

**Questão 112:** VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Não pode ser objeto de ADI perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) Resoluções do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Nacional do Ministério Público em qualquer hipótese.
- b) Lei Distrital no exercício de competência municipal do Distrito Federal.
- c) Emendas Constitucionais.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Decreto autônomo.

**Questão 113:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Partido político com representação no Congresso Nacional propõe ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, em face de lei estadual que dispõe sobre a prestação dos serviços de saneamento básico e fornecimento de água, no território do Estado, bem como em face da lei estadual por esta revogada, que dispunha sobre a mesma matéria, ambas publicadas sob a vigência da Constituição de 1988. Requer, ainda, seja concedida medida cautelar, dotada de eficácia retroativa. Nessa hipótese, em tese,

- a) o partido político não está legitimado para a propositura da ação, por ausência de pertinência temática.

b) a lei estadual deveria ser objeto de ação direta perante o Tribunal de Justiça Estadual, e não perante o STF, para o qual caberia, no entanto, eventual recurso extraordinário.

c) a ação é admissível, mas a medida cautelar, se concedida, produzirá efeitos ex nunc e não atingirá a legislação pretérita, que se torna desde logo aplicável, conforme previsto na lei que regulamenta o procedimento da ação direta.

d) a ação é admissível e a medida cautelar poderá ser concedida nos termos requeridos, inclusive para atingir a legislação revogada, desde que haja manifestação expressa do Tribunal na decisão que a conceder.

e) a ação é admissível em relação à lei vigente, mas não em relação à lei revogada, que se torna no entanto aplicável, caso concedida a medida liminar.

**Questão 114:** VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Com fundamento na Constituição, podemos afirmar em relação aos efeitos das decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, que

- a) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões.
- b) produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante aos órgãos do Poder Legislativo e Executivo.
- c) o efeito erga *omnes* e vinculante não alcança os demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) não há impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação.
- e) produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.

**Questão 115:** FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

No que tange à legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, a Constituição Federal de 1988:

- a) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito apenas ao Procurador-Geral da República, atribuindo a todos os entes do artigo 103, incisos I a IX, legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- b) Manteve a legitimação ativa exclusivamente ao Procurador-Geral da República, que atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.
- c) Manteve a legitimação ativa exclusivamente ao Procurador-Geral da República, que, por provocação do Conselho Federal da OAB, de partido político com representação no Congresso Nacional e de confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, atua



na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.

d) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito apenas ao Procurador-Geral da República, atribuindo ao Conselho Federal da OAB e a partido político com representação no Congresso Nacional legitimação ativa universal, conforme jurisprudência do STF.

e) Expandiu o rol dos legitimados para agir, antes restrito exclusivamente ao Procurador-Geral da República, demandando do Conselho Federal da OAB e de partido político com representação no Congresso Nacional a comprovação de pertinência temática para a propositura da ação, conforme jurisprudência do STF.

**Questão 116:** CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Com referência ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Admite-se o ajuizamento de ADI por governador de estado contra lei editada por outro estado da Federação nos casos em que a lei questionada cause reflexos no estado ajuizador da ação.

b) ACP movida contra ato supostamente inconstitucional do Conselho Nacional de Justiça determina, em razão do órgão, a competência originária do STF.

c) Admite-se o ajuizamento de ADI contra lei que veicule atos concretos cujos efeitos já se esgotaram.

d) No julgamento de ações diretas, o relator do processo no STF, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir a manifestação de órgãos ou entidades como *amicus curiae*, hipótese em que lhes será garantida a possibilidade para a interposição de recursos.

e) As súmulas dos tribunais, por apresentarem as características de abstração e generalidade próprias de ato normativo, estão sujeitas a controle por jurisdição constitucional concentrada.

**Questão 117:** VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

No que se refere às decisões concessivas de medida cautelar, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, é correto afirmar, como regra geral, que

a) a norma é expurgada do sistema jurídico, com efeito vinculante, *ex tunc* e *erga omnes*.

b) a norma tem sua eficácia suspensa, com efeito vinculante, *ex nunc* e *erga omnes*.

c) a norma é expurgada do sistema jurídico, com efeito vinculante, *ex nunc* e *erga omnes*.

d) a norma tem sua eficácia suspensa, sem efeito vinculante, *ex tunc* e *erga omnes*.

e) a norma tem sua eficácia suspensa, com efeito *ex tunc* e *erga omnes*, sem o efeito vinculante que surge com a decisão definitiva de mérito.

**Questão 118:** VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

É correto afirmar em relação ao efeito vinculante nas decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, que

- a) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões.
- b) não há impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação.
- c) o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto da ação.
- d) o efeito *erga omnes* e vinculante não alcança o Poder Executivo.
- e) cabe reclamação constitucional se o Poder Legislativo elaborar lei de conteúdo idêntico ao texto objeto da ação.

**Questão 119:** FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), contra dispositivos de lei estadual que teriam disciplinado matéria de competência privativa da União, requerendo que fosse concedida medida cautelar, com efeitos retroativos, de forma a tornar aplicável a legislação anterior existente sobre a matéria. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional e legal da ação direta de inconstitucionalidade, referida ação

- a) é admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade, ao objeto e à competência para o julgamento, e a medida cautelar poderá ser concedida pelo STF, nos termos requeridos pelo Conselho Federal da OAB.
- b) não é admissível, pois o Conselho Federal da OAB não possui legitimidade para mover ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei estadual, por ausência de pertinência temática.
- c) não é admissível, pois o STF não é competente para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto lei estadual, para o qual a competência é do Tribunal de Justiça estadual respectivo.
- d) não é admissível, pois lei estadual, ainda que contrária à Constituição da República, não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas apenas de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) é admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade, ao objeto e à competência para o julgamento, mas a medida cautelar, conforme previsão legal, será dotada de eficácia contra todos e produzirá efeitos *ex nunc*, e não retroativos.

**Questão 120:** FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Ao dispor sobre o processamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, a Lei nº 9.868/1999, expressamente autoriza a realização pelo Supremo Tribunal Federal de audiências públicas para

- a) legitimar, mediante procedimento que enseje a manifestação dos diversos segmentos da sociedade civil relacionados com a matéria, o juízo do Supremo Tribunal Federal sobre a conveniência e oportunidade dos diplomas normativos questionados em sede de controle abstrato de normas.
- b) permitir a manifestação, em casos de evidente repercussão política e social, dos diversos segmentos da sociedade civil relacionados com a matéria, de modo a adensar legitimidade democrática à atuação do Supremo Tribunal Federal.
- c) viabilizar, em face do princípio do contraditório, a manifestação de terceiros interessados no processo.
- d) ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria, em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou, de notória insuficiência das informações existentes nos autos.
- e) viabilizar, em face do princípio do contraditório, a manifestação dos *amici curiae* admitidos no processo.

**Questão 121:** FCC - Proc Jud (Recife)/Pref Recife/2014**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Ao dispor sobre o processamento da ação direta de inconstitucionalidade, a Lei nº 9.868/1999, expressamente autoriza a admissão pelo relator do processo, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, da manifestação de outros órgãos ou entidades. Tal permissivo legal acabou por introduzir a figura dos *amici curiae* no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade. A participação dos *amici curiae* em tais processos é, porém, limitada, não lhes sendo reconhecida legitimidade para

- a) recorrer da decisão do relator que inadmite sua participação no processo e intervir em sede de ação declaratória de constitucionalidade, em face do veto presidencial ao dispositivo que legitimava a admissão de *amici curiae* na espécie.
- b) requerer a concessão de medida cautelar e produzir sustentação oral.
- c) requerer concessão de medida cautelar e oferecer embargos declaratórios, em face de decisão de mérito proferida pelo STF.
- d) oferecer embargos declaratórios em face de decisão de mérito proferida pelo STF, e apresentar manifestações em sede de ação declaratória de constitucionalidade, em face do veto presidencial ao dispositivo que legitimava a admissão de *amici curiae* na espécie.
- e) recorrer da decisão do relator que inadmite sua participação no processo e intervir após transcorrido o prazo para apresentação de informações pelos órgãos e autoridades que produziram a lei ou o ato normativo impugnado.

**Questão 122:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Sobre o controle concentrado e abstrato de inconstitucionalidade exercido pelo STF, em face da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) Os *amici curiae* admitidos no processo da ADI não detêm legitimidade recursal para opor embargos de declaração em face da decisão de mérito nele proferida pelo STF;
- b) O STF pode modular os efeitos da decisão, por maioria de 2/3 de seus membros, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, restringindo os efeitos da decisão ou decidindo que ela somente tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- c) À luz de sua jurisprudência, o STF não tem a faculdade de não atribuir eficácia erga omnes à declaração de inconstitucionalidade de parte da norma impugnada em sede de ADI;
- d) Ao conceder medida cautelar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o STF lhe atribuirá efeito *ex nunc*, mas não há impedimento absoluto que lhe conceda eficácia retroativa, se for esse seu entendimento;
- e) Proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade é vedado ao(s) autor(es) desistir da ação.

**Questão 123:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o Supremo Tribunal Federal poderá:

- a) tornar sem efeito a norma em questão apenas para os fatos já concretizados.
- b) modular os efeitos da decisão, postergando a eficácia da decisão.
- c) expedir ato regulando as situações já constituídas.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

**Questão 124:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Sobre o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, à luz do vigente texto da Constituição e das normas reguladoras de seu processo, é incorreto afirmar que:

- a) o controle difuso passou por transformação que resultou na possibilidade de que este assumisse *transcendência subjetiva ou objetivação* a partir da adoção do instituto da repercussão geral no recurso extraordinário, na EC nº 45/2004;
- b) segundo a jurisprudência do STF a petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade deve ser a petição assinada pelo Governador do Estado isoladamente ou em conjunto com o Procurador-Geral do Estado, mas nunca exclusivamente por este último por tratar-se de legitimação concedida pela Constituição *cum intuitu personae*;

c) no processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade não são admissíveis a análise ou esclarecimento sobre matéria de fato, tendo em vista a circunstância de cuidar-se de controle abstrato de normas ou de lei em tese em face da Constituição;

d) pode-se falar em ambivalência resultante do julgamento negativo de mérito entre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC).

e) apesar de expressamente consignado na CF/1988 (§3º do art. 103) que o Advogado-Geral da União será citado quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, para defender a lei ou ato, a jurisprudência do STF tem admitido que o AGU possa, ao contrário, propugnar pelo acolhimento do pedido de declaração de sua inconstitucionalidade.

**Questão 125:** VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2014

**Assunto:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade:

a) atos e regulamentos administrativos se houver a denominada inconstitucionalidade oblíqua ou reflexa.

b) leis e atos normativos federais e estaduais anteriores à Constituição.

c) leis e atos normativos federais, estaduais e municipais anteriores e posteriores à Constituição.

d) leis e atos normativos federais e estaduais anteriores e posteriores à Constituição.

e) leis e atos normativos federais e estaduais posteriores à Constituição.

**Questão 126:** VUNESP - Proc (PGE SP)/PGE SP/2018

**Assunto:** Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)

Na ação declaratória de constitucionalidade com pedido cautelar nº19, ajuizada pelo Presidente da República, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por votação unânime, declarou a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei Federal no 11.340/2006, conhecida como **‘Lei Maria da Penha’, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar** contra a mulher, em consonância ao artigo 226, § 8º da Constituição Federal. A decisão analisou em conjunto a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC.) nº 19 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.424. Considerando este cenário, é **correto** afirmar sobre o controle de constitucionalidade:

a) quanto ao procedimento da ADC, prevalece o entendimento no Supremo Tribunal Federal de que se aplica o princípio da causa petendi aberta, ou seja, a Corte poderá basear-se em outros fundamentos que não aqueles trazidos pela petição inicial para fundamentar a sua decisão, motivo pelo qual é garantido ao autor optar pela desistência da ação a qualquer momento.

b) para a admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade é dispensável a comprovação de controvérsia ou dúvida relevante quanto à legitimidade da norma, uma vez que, proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou precedente

eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

c) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF nas ADCs, produzirão eficácia erga omnes e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual, porém, não admitem, em nenhuma hipótese, reclamação constitucional, intervenção de terceiros ou amicus curiae e realização de qualquer tipo de prova.

d) o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo, devendo, nesse caso, publicar em seção

especial do Diário Oficial da União, no prazo de dez dias, a parte dispositiva da decisão e proceder ao julgamento da ação no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de perda de sua eficácia.

e) a legitimidade ativa para propor a ADC inclui, além do Presidente da República, o Congresso Nacional, os Deputados Estaduais ou Distritais, o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional e sindicatos.

**Questão 127:** VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

**Assunto:** Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)

A Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente, nos termos da Constituição Federal, produzirá eficácia

a) somente entre as partes que figuraram no processo e *ex tunc*, retroagindo ao momento em que a lei ou ato normativo julgado constitucional entrou no ordenamento.

b) *erga omnes* e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

c) *erga omnes* e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

d) somente entre as partes que figuraram no processo e *ex nunc*, produzindo efeitos somente a partir do momento em que a lei ou ato normativo foi julgado constitucional.

e) *erga omnes* e *ex nunc*, produzindo efeitos somente a partir do momento em que a lei ou ato normativo foi julgado constitucional, sem retroatividade.

**Questão 128:** VUNESP - Proc Mun (Sorocaba)/Pref Sorocaba/2018

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Assinale a alternativa correta a respeito da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).

a) Não pode ser utilizada para impugnar normas anteriores à Constituição Federal vigente.

- b) É vedada a sua propositura quando existir recurso extraordinário discutindo a mesma norma a ser impugnada.
- c) A decisão proferida em ADPF pelo Supremo Tribunal Federal terá eficácia erga omnes e ex nunc, sendo vedada a modulação de seus efeitos.
- d) Da decisão que julgar o pedido da ADPF procedente ou improcedente caberá recurso extraordinário.
- e) Além dos atos normativos, podem ser objeto da ADPF atos não normativos, tais como contratos administrativos e atos judiciais.

**Questão 129:** CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), que consiste em instrumento constitucional que intensifica o poder de controle de constitucionalidade do STF, julgue os itens a seguir.

I A ADPF tem como objeto exclusivo a proteção dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, sendo admitida somente quando não houver outro meio de sanar a lesividade.

II A ADPF pode ser proposta pelos entes legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, bem como por qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público.

III A ADPF é admitida quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, ainda que anteriores à CF.

IV Embora seja viável a utilização da ADPF para tratar de violação a preceito fundamental decorrente de decisões judiciais do próprio Poder Judiciário, esse instrumento constitucional não é a via adequada para a obtenção de interpretação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**Questão 130:** FGV - Proc (Paulínia)/Pref Paulínia/2016

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

O Prefeito Municipal vetou determinado projeto de lei flagrantemente dissonante da Constituição da República Federativa do Brasil, isso por violar os seus alicerces estruturais. Ao apreciar as razões de veto, a Câmara Municipal decidiu não mantê-lo, o que resultou na promulgação e consequente publicação da lei municipal X.

Inconformado com esse estado de coisas, o Chefe do Poder Executivo solicitou que a Procuradoria do Município realizasse estudo a respeito da melhor forma de impugnar a lei municipal X perante o Poder Judiciário. A Procuradoria elaborou um alentado parecer, no qual examinou todos os aspectos afetos ao caso concreto.

À luz do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que a lei municipal X

- a) está sujeita ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, que examinará a sua compatibilidade com a Constituição da República.
- b) não pode ser submetida, por meio de qualquer dos instrumentos disponíveis, ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) somente pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, que examinará a sua compatibilidade com a Constituição Estadual.
- d) somente pode ser objeto de controle difuso de constitucionalidade, que será realizado por qualquer órgão do Poder Judiciário.
- e) pode ser submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, que analisará a sua compatibilidade com a Constituição da República.

**Questão 131:** FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Determinada lei municipal, promulgada anteriormente à promulgação da Constituição da República de 1988 e ainda em vigor, é objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental movida, perante o Supremo Tribunal Federal, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Na petição inicial, alega-se que referida lei invade competência legislativa atribuída pela Constituição privativamente à União, sendo requerida a concessão de medida liminar para que os órgãos judiciais suspendam o andamento de processos ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República e da lei que regulamenta o procedimento da ADPF,

- a) há ofensa ao princípio da subsidiariedade, em virtude da possibilidade de questionamento da constitucionalidade da lei municipal por meio de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça estadual.
- b) falta legitimidade ao Conselho Federal da OAB para propositura da ação, por ausência de pertinência temática com o seu objeto.
- c) é inadmissível a concessão de medida liminar, conforme expressa vedação legal, por se tratar de ação que tenha por objeto lei ou ato normativo anterior à promulgação da Constituição da República.



d) a eventual concessão de liminar, por decisão da maioria absoluta dos membros do STF, não poderá atingir situações decorrentes de coisa julgada, ainda que relacionadas com a matéria objeto da arguição.

e) a petição inicial deverá ser indeferida liminarmente, pelo relator, por não ser o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**Questão 132:** FUNDEP - Proc Mun (Uberaba)/Pref Uberaba/2016

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

A respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF, regida pela Lei Nº 9.882/99, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) Segundo jurisprudência do STF, colaboradores admitidos em processos objetivos e causas com repercussão geral na condição de *amicus curiae* detêm legitimidade para recorrer de decisões de mérito, quando tiverem participado do julgamento mediante a oferta de elementos de informação.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não foi o instrumento adequado para afirmar a constitucionalidade da Lei Nº 8.884/94, que instrumentalizou a instituição do Plano Real, por não observar o princípio da subsidiariedade.

c) O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental não será admitido se houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado.

d) A jurisprudência do STF não admite a conversão de ação direta de inconstitucionalidade em arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF.

**Questão 133:** FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Lei estadual versando sobre a comercialização de produtos em embalagens reutilizáveis, como medida de proteção ao consumidor, gera grande controvérsia quanto à sua constitucionalidade entre órgãos judiciais de primeira instância, aos quais acorrem as empresas que as produzem e comercializam, visando obter pronunciamentos que as desobriguem de cumprir os mandamentos da lei estadual. Pretendendo solucionar a controvérsia em torno da constitucionalidade da lei em questão, o Governador do Estado

a) estará legitimado para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo em sede cautelar a suspensão de todos os feitos em andamento, até pronunciamento final do Tribunal.

b) estará legitimado para ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo em sede cautelar a suspensão de todos os feitos em andamento, até pronunciamento final do Tribunal.

c) estará legitimado para ajuizar reclamação, perante o Supremo Tribunal Federal, por terem os órgãos judiciais de primeira instância usurpado da competência deste para apreciar a constitucionalidade da lei estadual.

d) estará legitimado para suscitar conflito de competência, perante o Supremo Tribunal Federal, por terem os órgãos judiciais de primeira instância usurpado da competência deste para apreciar a constitucionalidade da lei estadual.

e) não estará legitimado para promover medida judicial diretamente perante o Supremo Tribunal Federal, ao qual a matéria, sob essa ótica, somente poderá chegar por intermédio de recurso extraordinário, desde que comprovada a repercussão geral.

**Questão 134:** FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), à luz da Constituição Federal e da legislação pertinente, considere:

I. A ADPF submete-se ao princípio da subsidiariedade, pois não será admitida quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

II. A ADPF poderá ser ajuizada com o escopo de obter interpretação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

III. Por meio da ADPF atos estatais antes insuscetíveis de apreciação direta pelo Supremo Tribunal Federal, tais como normas pré-constitucionais ou mesmo decisões judiciais atentatórias a cláusulas fundamentais da ordem constitucional, podem ser objeto de controle em sede de processo objetivo.

IV. Possuem legitimidade para propor ADPF os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade, bem como qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**Questão 135:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

O prefeito do município X, em 2013, sancionou lei ordinária que permite que, em determinados casos, a guarda municipal mantenha sob sua custódia e incomunicáveis os suspeitos de cometerem, nos limites do município, crimes contra a vida. Assinale a alternativa que indica o instrumento adequado para propositura de ação para controle de constitucionalidade em relação à Constituição Federal e que cita corretamente um legitimado universal para propô-la.

- a) Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta por entidade de classe de âmbito nacional.
- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo governador do Estado no qual se localiza o município X.
- c) Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta por governador de qualquer Estado da Federação.
- d) Ação Declaratória de Constitucionalidade proposta por partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Questão 136:** NC-UFPR - Proc Mun (Curitiba)/Pref Curitiba/2015

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

Em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a alternativa **correta**.

- a) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal pode propor a ADPF.
- b) Por se tratar a ADPF de processo abstrato, a petição inicial prescinde da prova da violação do preceito fundamental.
- c) Embora o deferimento do pedido de medida liminar na ADPF reclame decisão de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, o relator poderá fazê-lo individualmente, observados os requisitos legais.
- d) O quórum mínimo para decisão sobre a ADPF corresponde à maioria absoluta dos Ministros.
- e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em ADPF é irrecorrível, mas poderá ser objeto de embargos de declaração, ação rescisória e reclamação.

**Questão 137:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

A respeito da ação de descumprimento de preceito fundamental, assinale a afirmativa correta.

- a) Não pode ser direcionada à impugnação de atos normativos municipais.
- b) Pode ser manejada por particular.
- c) Pode ser direcionada à impugnação de norma pré-constitucional, desde que relevante a controvérsia.
- d) Não é admissível a sua conversão em ação direta de inconstitucionalidade.
- e) É possível a sua utilização para impugnar súmula do Supremo Tribunal Federal.

**Questão 138:** FCC - Proc (Cuiabá)/Pref Cuiabá/2014

**Assunto:** Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

O Governador de determinado Estado da federação propõe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), perante o Supremo Tribunal Federal (STF), contra lei de Município situado em seu território, que autoriza o Município a explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional e legal aplicável à espécie, a ADPF é

a) admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade e ao objeto, podendo o STF, desde que mediante voto de dois terços de seus membros, conceder liminar para determinar a suspensão da execução de atos considerados lesivos ao preceito fundamental.

b) inadmissível, pois o Governador do Estado não possui legitimidade para ajuizar ADPF que tenha por objeto lei municipal, por ausência de pertinência temática.

c) inadmissível, pois lei municipal não pode ser objeto das ações de controle concentrado de competência originária do STF.

d) inadmissível, pois lei municipal que afronte competência exclusiva do Estado somente pode ser objeto de representação de inconstitucionalidade de competência do Tribunal de Justiça estadual.

e) admissível, em tese, uma vez que preenche os pressupostos de cabimento quanto à legitimidade e ao objeto, inclusive no que se refere à subsidiariedade da ADPF como mecanismo apto a sanar a lesão a preceito fundamental.

**Questão 139:** FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Determinado Estado da Federação editou lei instituindo gratificação financeira mensal, a ser acrescida ao subsídio pago ao Governador e ao Vice-Governador, sendo devida em razão do exercício de segundo mandato eletivo no mesmo cargo. Essa norma inspirou a previsão em Lei Orgânica Municipal de igual vantagem econômica para beneficiar Prefeito e Vice-Prefeito. **Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF,**

a) ambas as leis são compatíveis com a Constituição Federal, mas a gratificação somente poderá ser paga aos titulares dos mandatos eletivos se observado o limite remuneratório máximo imposto pela Constituição Federal aos agentes políticos beneficiados.

b) ambas as leis contrariam a Constituição Federal, mas, na hipótese de violarem também a Constituição do respectivo Estado, caberá apenas ao Tribunal de Justiça, e não ao STF, o exercício do controle abstrato e principal de sua constitucionalidade, sendo permitida a interposição de recurso extraordinário contra o acórdão proferido pelo Tribunal estadual.

c) ambas as leis contrariam a Constituição Federal, podendo a lei estadual ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça caso a Constituição do respectivo Estado reproduza a norma da Constituição Federal que dispõe sobre a matéria.

d) apenas a lei estadual contraria a Constituição Federal, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça caso a Constituição do respectivo Estado reproduza a norma da Constituição Federal que dispõe sobre a matéria, sendo permitida a interposição de recurso extraordinário contra o acórdão proferido pelo Tribunal estadual.

e) apenas a lei municipal contraria a Constituição Federal, mas não poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, ainda que possa ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**Questão 140:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Considere as assertivas abaixo:

I. Quando couber ADI estadual perante TJ-AC (CE, art. 95, 1, f) tendo como parâmetro norma constitucional de reprodução obrigatória, ainda que implícita na Constituição Estadual, terá aplicação o princípio da subsidiariedade, com o que, nos termos da jurisprudência do STF, será incabível a ADPF.

II. No caso de Prefeito Municipal ser autor da ADI estadual lendo por objeto norma de outro Município que não o seu, deverá comprovar a existência de pertinência temática, sob pena de inadmissão da ação que tenha proposto.

III. Quando a norma objeto do controle de constitucionalidade dispuser sobre determinado assunto sem direcionar seus efeitos a todos os sujeitos e/ou a todas as situações (iguais) que deveriam estar incluídas no seu âmbito de aplicação, tem-se inconstitucionalidade por omissão parcial.

Sobre as assertivas acima, é correto afirmar que

- a) todas são corretas.
- b) todas são incorretas.
- c) somente as alternativas I e III são corretas.
- d) somente as alternativas II e III são corretas.
- e) somente as alternativas I e II são corretas.

**Questão 141:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

No controle abstrato de constitucionalidade, ainda que seja considerado processo objetivo, dado que nele não há sujeitos envolvidos como partes, tem-se que

- a) no âmbito do Estado do Acre, necessariamente, deverá ser citado o Procurador-Geral de Justiça para defender a norma impugnada.

- b) no âmbito federal, deverá ser citado o Procurador-Geral da República para defender a norma impugnada.
- c) no âmbito do Estado do Acre, necessariamente, deverá ser citado o Defensor Público-Geral para defender a norma impugnada.
- d) no âmbito do Estado do Acre, necessariamente, deverá ser citado o Procurador Geral do Estado para defender a norma impugnada.
- e) no âmbito do Estado do Acre, necessariamente, deverá ser citado o Procurador Geral do Estado que, se entender que seja o caso, poderá defender a norma impugnada.

**Questão 142:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

Ao instituir sistema estadual de controle abstrato de normas, o estado não estará obrigado a prever em sua Constituição um rol de legitimados para a ação necessariamente equivalente àquele previsto para o controle abstrato de normas no STF.

Certo

Errado

**Questão 143:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Julgue o item seguinte, relativo à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, o constituinte estadual incorporou, na ordem constitucional do estado, os direitos e as garantias fundamentais constantes da CF, fazendo uso, para tanto, da chamada técnica de remissão normativa.

Certo

Errado

**Questão 144:** CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

A respeito do controle de constitucionalidade da legislação municipal, assinale a opção correta.

- a) A omissão pela Constituição estadual de norma constitucional federal de reprodução obrigatória não impede o controle mediante ação direta contra lei municipal em face dos preceitos omitidos.
- b) Os TJs, no exercício do controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais, podem utilizar como parâmetro de controle a Constituição estadual ou a CF.
- c) A natureza diferenciada do DF, que não se divide em municípios, não admite o controle de constitucionalidade da legislação distrital em face da Lei Orgânica do DF.
- d) A CF admite o controle de constitucionalidade de leis municipais em abstrato pelo STF mediante ação direta.
- e) A CF não prevê a hipótese de controle concentrado de constitucionalidade da legislação municipal em face das Constituições estaduais; por isso, admite-se apenas o controle incidental e concreto da legislação municipal se esta conflitar com a Constituição estadual.

**Questão 145:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) Pode utilizar, como paradigma de confronto, norma constitucional estadual que reproduz norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados.
- b) Somente pode utilizar, como paradigma de confronto, norma constitucional estadual que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados.
- c) Não pode utilizar, como paradigma de confronto, norma da Constituição Estadual de conteúdo idêntico ao da Constituição Federal.
- d) Deve utilizar, como paradigma de confronto, norma da Constituição Estadual de conteúdo idêntico ao da Constituição Federal.
- e) Somente poderá ser revisto, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, quando tiver sido utilizada, como paradigma de confronto, norma da Constituição Estadual de conteúdo idêntico ao da Constituição Federal.

**Questão 146:** VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

**Assunto:** Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Lei do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, dispôs sobre planejamento urbanístico, prevendo aumento de despesas. A ação direta de inconstitucionalidade deve ser ajuizada perante o

- a) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, com base na ofensa ao princípio da separação dos poderes.
- b) Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada procedente, reconhecendo-se que foi usurpada a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, com violação a dispositivos da Carta Bandeirante.

- c) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, com base na ofensa a dispositivos da Constituição Estadual.
- d) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, reconhecendo-se que foi usurpada a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo Municipal, com violação à cláusula de reserva.
- e) Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada extinta por se tratar de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

**Questão 147:** CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

De acordo com o previsto na CF e considerando a jurisprudência do STF, assinale a opção correta, a respeito do controle de constitucionalidade.

- a) Em relação à ADI interventiva, a intervenção estadual em município será possível quando o Poder Judiciário verificar que ato normativo municipal viola princípio constitucional sensível previsto na Constituição estadual.
- b) Turma do STF poderá deliberar sobre revisão de súmula vinculante pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.
- c) O CNJ, como órgão do Poder Judiciário, tem competência para apreciar a constitucionalidade de atos administrativos.
- d) O ingresso como *amicus curiae* em ADI independe da demonstração da pertinência temática entre os objetivos estatutários da entidade requerente e o conteúdo material da norma questionada.

**Questão 148:** INDEPAC - Proc (Osasco)/Pref Osasco/2017

**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Com relação à constitucionalidade dos atos municipais, é **INCORRETO** afirmar que

- a) no controle repressivo e concentrado, não cabe aos Tribunais de Justiça estaduais exercer o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal, pela via da ação direta.
- b) a competência dos Tribunais de Justiça estaduais é restrita à declaração da inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual e não em face da Constituição da República.
- c) é competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
- d) caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo municipal, mesmo que anteriores à Constituição vigente.

**Questão 149:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016



**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

Ante a constatação de que determinada lei municipal contraria princípio de intervenção (princípio sensível) presente tanto na CF como na Constituição estadual, o governador do estado poderá ajuizar ação de controle abstrato de normas tanto em relação à CF, perante o STF, como em relação à Constituição estadual, perante o respectivo tribunal de justiça.

Certo

Errado

**Questão 150:** PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Sobre o controle concentrado de constitucionalidade no modelo constitucional pátrio vigente, aponte a afirmação CORRETA.

a) O ordenamento brasileiro, embora não tenha sido expresso em tal sentido, inequivocamente estendeu ao legislador efeitos vinculantes da decisão de inconstitucionalidade.

b) A nulidade decorrente do vício da inconstitucionalidade está intrinsecamente vinculada à determinação dos efeitos *ex nunc* no seu reconhecimento. Em que pese ser essa a doutrina de filiação do direito pátrio, há sua mitigação tendo em vista valores constitucionais incidentes no caso concreto.

c) O *amicus curiae* é figura processual peculiar e exclusiva do controle concentrado de constitucionalidade, servindo para ampliar a participação democrática nos processos de controle concentrado cujo rol de legitimados é restrito.

d) As declarações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

e) A concessão de medida cautelar, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, por vedação da repristinação.

**Questão 151:** CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Ainda com relação ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Decisão proferida pelo STF em recurso extraordinário interposto contra decisão proferida em controle concentrado por TJ em ADI estadual terá eficácia contra todos e efeito vinculante para a magistratura e para os órgãos da administração pública.

b) As leis nacionais, federais e estaduais editadas antes da promulgação da CF estão sujeitas a controle de constitucionalidade concentrado perante o STF mediante o ajuizamento de ADI.

c) É possível, mediante o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, a revisão, o cancelamento ou a interpretação conforme a CF de súmula vinculante proferida pelo STF.

d) A eficácia geral e o efeito vinculante de decisão proferida pelo STF em ADI impede que o Poder Legislativo edite nova lei com conteúdo normativo idêntico ao declarado inconstitucional.

e) Decisão do STF que, em ADI, não declarar a inconstitucionalidade do dispositivo impugnado, mas lhe aplicar a técnica da interpretação conforme a CF, possuirá eficácia *inter partes* e não vinculará magistrados, tribunais e demais entidades da administração pública.

**Questão 152:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Sobre a tramitação de projetos de lei no Legislativo indique a alternativa condizente com a jurisprudência majoritária do STF:

a) É possível o manejo de mandado de segurança por parlamentar para suspender a tramitação de projeto de lei alegadamente violador de cláusula pétrea;

b) É cabível o manejo de mandado de segurança por parlamentar quando o projeto de lei pretender impor interpretação constitucional diametralmente oposta à exarada no julgamento de ADI;

c) É cabível o controle de constitucionalidade preventivo universal no STF;

d) É cabível o manejo de mandado de segurança por parlamentar para suspender projeto de lei alegadamente violador de cláusula constitucional que discipline o correspondente processo legislativo;

e) A celeridade com que determinado projeto de lei tramita no Legislativo é indício de possível violação de cláusula constitucional que discipline o processo legislativo da espécie normativa em questão.

## Direito Empresarial

### Sociedade Anônima

**Questão 153:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima (arts. 1º a 4º)

No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue.

A sociedade por ações é sempre mercantil; por isso, está sujeita a falência, fazendo jus à recuperação judicial, ainda que o seu objeto seja civil.

Certo

Errado

**Questão 154:** NC-UFPR - Proc Mun (Curitiba)/Pref Curitiba/2015

**Assunto:** Ações, Partes Beneficiárias, Debêntures, Bônus de Subscrição (arts. 11 a 79)

Acerca das sociedades anônimas, assinale a alternativa **correta**.

- a) O resgate de ações consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social.
- b) As ações preferenciais sem direito de voto nas sociedades anônimas abertas não podem ultrapassar 2/3 (dois terços) do total de ações.
- c) O direito de voto é um dos direitos essenciais do acionista nas sociedades anônimas abertas.
- d) O acordo de acionistas, quando devidamente registrado na sede da companhia, se determinar o conteúdo do voto proferido pelo acionista, exime-o de responsabilidade por abuso no direito de voto.
- e) O deferimento de requerimento para adoção de voto múltiplo por acionistas que representem 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto de uma sociedade anônima depende de expressa previsão estatutária.

**Questão 155:** VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

**Assunto:** Ações, Partes Beneficiárias, Debêntures, Bônus de Subscrição (arts. 11 a 79)

Assinale a alternativa que estiver em consonância com as disposições de lei que regem as Sociedades Anônimas.

- a) O estatuto fixará o número de ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão ou não valor patrimonial, sendo obrigatória a fixação do valor nominal.
- b) O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

- c) As ações da companhia aberta somente poderão ser negociadas depois de realizados 20% do preço de subscrição.
- d) A ação é divisível em relação à companhia e, quando pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos diretamente por qualquer de seus titulares.
- e) A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e **estranhos ao capital social, denominados “bônus de subscrição”**.

**Questão 156:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Assembleia Geral, Conselhos, Diretoria (arts. 121 a 165-A)

Sobre o Conselho Fiscal na sociedade anônima de economia mista, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- O estatuto deverá prever a existência do Conselho Fiscal na companhia de economia mista, que será um órgão permanente.
- O mandato dos conselheiros fiscais é de 3 (três) anos, permitida reeleição sucessiva, para coincidir com o mandato dos conselheiros de administração.
- Os acionistas titulares de ações ordinárias minoritários poderão eleger um conselheiro e seu suplente; outro conselheiro e suplente poderá ser eleito pelos titulares de ações preferenciais, se houver.
- A competência para a eleição do Conselho Fiscal é da Assembleia Geral, exceto se o estatuto a outorgar ao Conselho de Administração.
- O número mínimo de conselheiros é de 4 (quatro), sendo pelo menos três conselheiros eleitos com os votos do acionista controlador.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F, V, F e F.
- b) F, V, F, F e V.
- c) V, F, F, V e V.
- d) F, F, V, V e V.
- e) V, F, F, F e V.

**Questão 157:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Assembleia Geral, Conselhos, Diretoria (arts. 121 a 165-A)

Os diretores da companhia aberta **“X” deixaram de comunicar um fato relevante ocorrido em seus negócios** por entenderem que sua divulgação poderia colocar em risco o legítimo interesse da companhia além de frustrar a realização da operação, que deveria ser mantida no mais absoluto sigilo por cláusula de confidencialidade durante as tratativas.

Com base nas disposições da Lei de Sociedades por Ações, assinale a afirmativa correta.

- a) Os diretores descumpriram o dever de informar porque deveriam ter divulgado pela imprensa o fato relevante e comunicado às autoridades do mercado de valores mobiliários e à Bolsa de Valores.
- b) Os diretores não descumpriram o dever de informar por se tratar de assunto interno da companhia e que não deve ser divulgado ao mercado nem comunicado às autoridades do mercado de valores mobiliários
- c) Os diretores descumpriram o dever de informar porque não poderiam ter omitido o fato relevante da Comissão de Valores Mobiliários, a quem cabe, exclusivamente, a discricionariedade de avaliar se a informação colocará ou não em risco o interesse da companhia.
- d) Os diretores descumpriram o dever de informar porque caberia à Assembleia Geral avaliar a conveniência e oportunidade da divulgação do negócio ao mercado e às autoridades regulatórias
- e) Os diretores não descumpriram o dever de informar, porém a Comissão de Valores Mobiliários, a pedido de qualquer acionista, ou por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação e responsabilizar os administradores, se for o caso, pela omissão.

**Questão 158:** NC-UFPR - Proc Mun (Curitiba)/Pref Curitiba/2015

**Assunto:** Outros temas de Sociedade Anônima

Acerca das sociedades de economia mista, assinale a alternativa **correta**.

- a) A definição do objeto social de uma sociedade de economia mista independe de previsão legal.
- b) Nas sociedades de economia mista, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal têm existência e funcionamento obrigatórios.
- c) A participação de sociedades de economia mista em outras sociedades empresárias independe de autorização legal.
- d) A sociedade de economia mista pode adotar somente o tipo societário sociedade anônima aberta.
- e) A fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários não alcança as sociedades de economia mista.

## Títulos de Crédito

**Questão 159:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Títulos de Crédito: conceito, características, princípios, teorias e classificações

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

A doutrina relativa ao direito cambiário trata do princípio da abstração, um subprincípio derivado do princípio da autonomia, que destaca a ligação entre o título de crédito e o fato jurídico que deu origem à obrigação que ele representa.

Certo

Errado

**Questão 160:** VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

**Assunto:** Títulos de Crédito: conceito, características, princípios, teorias e classificações

De acordo com o regramento que lhes é conferido pelo Código Civil, assinale a alternativa correta no que diz respeito aos títulos de crédito, em geral.

- a) A transferência de título ao portador se faz mediante endosso.
- b) A condição, a que o subordine o endossante, acarreta a nulidade do endosso.
- c) Transfere-se o título nominativo mediante termos, em registro do emitente, assinado pelo proprietário e pelo adquirente.
- d) A aquisição de título à ordem, por meio diverso do endosso, tem os mesmos efeitos desse.
- e) A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, mas com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, o endosso- mandato perde a eficácia.

**Questão 161:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Títulos de Crédito: conceito, características, princípios, teorias e classificações

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

As normas do Código Civil sobre títulos de crédito aplicam-se supletivamente em relação às letras de câmbio, notas promissórias, cheques e duplicatas.

Certo

Errado

**Questão 162:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Títulos de Crédito: conceito, características, princípios, teorias e classificações

Miguel Pereira Artigos de Papelaria Ltda. ME sacou duplicata de compra e venda no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) contra Miriam Lopez. O título foi descontado junto ao Banco Tolomei S/A para obtenção de recursos pela sacadora antes do vencimento, pela forma de circulação permitida às duplicatas. No momento da cobrança pelo portador da duplicata aceita, vencida e sem protesto por falta de pagamento, Miriam Lopes invocou a desconformidade da mercadoria com as especificações do pedido feito ao sacador, recusando-se ao pagamento.

Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) A exceção ao pagamento por parte do aceitante é cabível em razão do princípio da cartularidade.
- b) A exceção ao pagamento por parte do aceitante não é cabível em razão do princípio da abstração.
- c) A exceção ao pagamento por parte do aceitante é cabível em razão do princípio da literalidade.
- d) A exceção ao pagamento por parte do aceitante não é cabível em razão do princípio da autonomia.
- e) A exceção ao pagamento por parte do aceitante é cabível em razão do princípio da tipicidade ou rigor cambiário.

**Questão 163:** CESPE - Proc (João Pessoa)/Pref João Pessoa/2018

**Assunto:** Títulos de Crédito no Código Civil (arts. 887 a 926 do CC)

Com base nas disposições do Código Civil a respeito de títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- I O endosso feito posteriormente ao vencimento tem efeito de cessão civil.
- II A simples assinatura do avalista no anverso do título confere validade ao aval.
- III A omissão de requisito legal não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**Questão 164:** FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Em relação ao protesto de títulos,

- a) os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais, mas poderá o Tabelião de Protesto verificar a ocorrência de prescrição ou caducidade, por se tratar de matéria de ordem pública.

b) quando o sacado reter a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, vedada a exigência de qualquer formalidade não prevista na lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.

c) só poderão ser protestados títulos e outros documentos de débito em moeda nacional, defeso o protesto de títulos emitidos fora do Brasil.

d) na contagem do prazo para registro do protesto, que é de 48 horas, inclui-se o dia da protocolização e exclui-se o do vencimento.

e) o protesto pode ser tirado por falta de aceite, antes ou após o vencimento da obrigação, desde que antes do prazo para devolução do título da dívida.

**Questão 165:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

A promoção prévia de protesto válido do título é condição para que o credor de título de crédito válido mova uma ação de execução contra o devedor principal.

Certo

Errado

**Questão 166:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Caso, em decisão com trânsito em julgado, o réu tenha sido condenado ao pagamento de determinado valor ao autor, a sentença poderá ser objeto de protesto, se, no prazo legal, o réu não realizar o pagamento.

Certo

Errado

**Questão 167:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Banco Z recebeu título de crédito por endosso-mandato e o levou a protesto. Porque indevido o protesto, o prejudicado ajuizou ação contra o Banco Z requerendo compensação por danos morais. De acordo com jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o Banco Z



- a) responde por danos morais, independentemente de culpa, se for inexistente o negócio jurídico subjacente à cártula.
- b) é parte ilegítima para figurar no polo passivo, porque o endossatário, na hipótese de endosso-mandato, jamais responde por danos decorrentes de protesto indevido.
- c) responde por danos morais se houver extrapolado os poderes de mandatário ou agido com culpa, como no caso de apontamento depois da ciência acerca do pagamento ou de falta de higidez da cártula.
- d) é parte ilegítima para figurar no polo passivo, porque o endossatário, em qualquer espécie de endosso, jamais responde por danos decorrentes de protesto indevido.
- e) responde por danos morais nas mesmas hipóteses em que o credor da cártula.

**Questão 168:** VUNESP - Proc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2016

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

**No que se refere aos títulos de crédito “à ordem”, a cláusula** constitutiva de penhor, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título. Segundo o regramento do Código Civil, o endossatário de endosso-penhor só pode endossar novamente o título na qualidade de

- a) procurador.
- b) sacado.
- c) avalista.
- d) credor.
- e) aceitante.

**Questão 169:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

O endosso posterior ao protesto por falta de pagamento produz apenas os efeitos de cessão ordinária de créditos.

Certo

Errado

**Questão 170:** Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Analise as afirmações a seguir, acerca dos títulos de crédito:

I – Também conhecido como forma de endosso impróprio, o endosso-mandato se caracteriza por não operar a cessão da titularidade do crédito representado pelo título endossado.

II – O endossatário, na hipótese de endosso-mandato, não responde pelo danos oriundos do protesto indevido do título endossado.

III – O endossatário, na hipótese de endosso-mandato, não pode endossar o título novamente.

É correto afirmar que:

- a) I, II e III são falsas.
- b) Apenas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas II e III são falsas.
- d) Apenas I e II são verdadeiras.
- e) Apenas I é falsa

**Questão 171:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Atos Cambiários (Saque, Endosso, Aval, Aceite, Protesto, Prescrição, Ações Cambiais)

Trajano de Moraes perdeu nota promissória no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que lhe foi endossada em branco pela sociedade empresária Duas Barras Comércio de Materiais de Construção Ltda.

Tratando-se de título cambial que está circulando ao portador, assinale a afirmativa correta.

- a) O endossante ficará desonerado se o título não for entregue ao endossatário no prazo de 30 (trinta) dias da data do vencimento.
- b) O subscritor da nota promissória ficará desonerado se provar que o título foi desapossado do endossatário involuntariamente.
- c) O portador do título perdido poderá exigir o pagamento de todos os coobrigados, à exceção do endossante em branco;
- d) O endossante não poderá opor ao portador exceção fundada em direito pessoal, ou em nulidade de sua obrigação.
- e) O endossatário poderá obter novo título em Juízo, bem como impedir que seu valor seja pago a outrem.

**Questão 172:** CESPE - Proc Mun (BH)/Pref BH/2017

**Assunto:** Cheque - Lei nº 7.357/1985

Paulo emitiu à sociedade empresária CT Ltda. cheque, com cláusula sem protesto, que não foi compensado por insuficiência de fundos disponíveis. A sociedade, então, ingressou com ação cambial contra Paulo e Fernanda, titulares de conta conjunta.

Nessa situação hipotética,

- a) a CT Ltda. deverá expor, na petição inicial, o negócio jurídico que deu origem ao cheque.
- b) a CT Ltda. poderá cobrar, na ação, as despesas efetuadas com o protesto do título.
- c) os juros legais devem incidir desde o dia da apresentação do cheque.
- d) houve solidariedade passiva entre Paulo e Fernanda em razão da inadimplência do título.

**Questão 173:** FUNRIO - Proc Mun (Trindade)/Pref Trindade/2016

**Assunto:** Cheque - Lei nº 7.357/1985

A Lei 7.357/85 dispõe sobre o cheque. Diante das proibições previstas na referida lei, é possível afirmar que:

- a) É permitido o endosso parcial e o do sacado.
- b) O endosso pode ficar subordinado a uma condição.
- c) Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.
- d) Não se admite a transferência do cheque pelo portador, em se tratando de endosso em branco.
- e) O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa “à ordem”, não é transmissível por via de endosso.

**Questão 174:** FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

**Assunto:** Duplicata - Lei nº 5.474/1968

Em relação à duplicata,

- a) o fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou devolução, elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.
- b) no pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.
- c) ainda que o portador não tire o protesto da duplicata, regularmente e em trinta dias, contados da data de seu vencimento, não perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.
- d) a duplicata não admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento em nenhuma hipótese.
- e) o comprador pode resgatar a duplicata antes de aceitá-la, mas não antes da data do vencimento.

**Questão 175:** CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

**Assunto:** Duplicata - Lei nº 5.474/1968

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

A duplicata é um título causal, emitido exclusivamente com vínculo a um processo de compra e venda mercantil ou a um contrato de prestação de serviços e, por isso, é considerada um título cambiforme, ao qual não se aplica o princípio da abstração.

Certo

Errado

## Direito Processual Civil

### Competência

**Questão 176:** IBFC - Proc (Divinópolis)/Pref Divinópolis/2018

**Assunto:** Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

- a) processar e julgar as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil
- b) julgar as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil
- c) conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil
- d) julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil

**Questão 177:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da cooperação internacional no âmbito do Código de Processo Civil.

I - Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.

II - Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

III - Compete exclusivamente ao juízo federal do Distrito Federal apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

IV - Somente nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil será possível a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

Estão **CORRETAS** apenas as alternativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**Questão 178:** INDEPAC - Proc (Osasco)/Pref Osasco/2017**Assunto:** Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)Segundo as disposições do Código de processo Civil vigente, é **correto** afirmar que

- a) a ação meramente declaratória só é admissível nos casos em que ainda não haja a violação do direito, limitando-se o interesse do autor à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; da autenticidade ou da falsidade de documento.
- b) inexistindo disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil, a ação proposta perante tribunal estrangeiro não permite que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- c) quanto à publicidade processual no caso de cooperação jurídica internacional, esta observará as regras previstas na legislação brasileira, não obstante legislação proveniente da legislação do Estado requerente.
- d) na cooperação jurídica internacional, o Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.

**Questão 179:** CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016**Assunto:** Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

A respeito das normas processuais civis pertinentes a jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

O novo CPC reconhece a competência concorrente da jurisdição internacional para processar ação de inventário de bens situados no Brasil, desde que a decisão seja submetida à homologação do STJ.

Certo

Errado

**Questão 180:** FUNDEP - Proc Mun (Uberaba)/Pref Uberaba/2016**Assunto:** Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

Sobre a competência internacional, considere o seguinte caso.

Duas sociedades empresariais brasileiras, para viabilizar suas atividades em diversos países, criaram respectivamente subsidiárias estrangeiras. Firmaram, entre si, contrato de prestação de serviço com cláusula de eleição de foro, a qual previa, em primeiro lugar, a regência de obrigações pela lei inglesa e, em segundo, a propositura das ações decorrentes dessa relação jurídica perante a Justiça britânica. Houve desentendimentos entre elas, e duas sociedades subsidiárias de uma das empresas propuseram duas ações na Justiça do Reino Unido. Como ficaram vencidas, a sociedade empresarial, representando-as, ajuizou, perante a Justiça brasileira, uma nova ação, argumentando que preferiram não recorrer na Inglaterra porque seria extremamente dispendioso e inviabilizaria o litígio, além de haver restrições ao direito de defesa.

Diante desses fatos, assinale a alternativa que **não** se aplica ao caso.

a) O Poder Judiciário brasileiro deve extinguir a ação sem resolução de mérito, concluindo que a autoridade judiciária brasileira seria incompetente para julgá-la porque o comportamento da autora, que, após haver sucumbido nas duas ações propostas na Inglaterra, propôs outra ação no Brasil, implica, de acordo com o Direito Civil brasileiro, violação da boa-fé objetiva.

b) A utilização da ação perante o Poder Judiciário brasileiro implica, necessariamente, sua equiparação à ação rescisória de sentença estrangeira, o que não encontra previsão no Direito brasileiro.

c) O art. 90 do CPC reconhece, nesse caso, a inexistência de litispendência entre as causas ajuizadas na Inglaterra e no Brasil, além disso, a sentença estrangeira só terá eficácia depois de homologada pelo STJ.

d) Uma sentença transitada em julgado sobre o mesmo objeto no Brasil impediria o deferimento do pedido de homologação de sentença estrangeira.

#### **Questão 181:** FCC - Proc (PGE AP)/PGE AP/2018

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No tocante à modificação da competência,

a) quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

b) caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será sempre extinto sem resolução do mérito, interrompida porém a prescrição.

c) a competência relativa poderá modificar-se pela conexão, litispendência ou pela continência.

d) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já tenha sido sentenciado.

e) a incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação; se relativa a incompetência pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

#### **Questão 182:** FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2017

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da competência no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa **CORRETA**.

a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

- c) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- d) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- e) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é modificável por convenção das partes.

**Questão 183:** FUNDATEC - Proc Mun (Pref POA)/Pref POA/2016

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Diante das regras de competência dispostas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Prorroga-se a competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro se não alegada a abusividade na contestação.
- b) A modificação da competência determinada em razão da pessoa, realizada por convenção das partes, somente produzirá efeitos depois de homologada pelo juiz.
- c) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- e) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

**Questão 184:** VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Compreende-se pelo princípio da *perpetuatio iurisdictionis*:

- a) o mandamento constitucional que veda a instituição de tribunais para julgamento de fatos e condutas específicas.
- b) a regra geral que veda a modificação da competência, que é fixada no momento da propositura da ação.
- c) a extraordinária possibilidade de estabilização da competência em juízo absolutamente incompetente.
- d) a vedação à extinção de órgão judiciário em que ainda haja processos em trâmite.
- e) a vinculação do processo à pessoa física do magistrado, fixada no momento da distribuição da ação.

**Questão 185:** AOCP - Proc Mun I (Pref JF)/Pref JF/2016



**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) a respeito de competência, em regra, é competente o foro:

- a) para ação de divórcio, separação ou anulação de casamento, domicílio do autor.
- b) para ação de reparação de danos, o domicílio do réu, sempre.
- c) do lugar onde exerce suas atividades, para ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica.
- d) da Capital do Estado, quando o próprio Estado for o autor da ação.
- e) do domicílio ou residência do alimentante em ação de fixação de alimentos.

**Questão 186:** FUNRIO - Proc Mun (Trindade)/Pref Trindade/2016

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Diante do Novo Código de Processo Civil, no que diz respeito à competência, é correto afirmar que:

- a) O foro contratual não produz efeitos perante os herdeiros e sucessores das partes.
- b) A alegação de incompetência relativa será alegada por meio de exceção, em peça autônoma.
- c) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa, ou da função, pode ser afastada por convenção das partes.
- d) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- e) Se a União for demandada, a ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

**Questão 187:** FCC - Proc (Campinas)/Pref Campinas/2016

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No que tange à incompetência absoluta e à incompetência relativa, é correto afirmar:

- a) Prorrogar-se-ão as competências relativa e absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta será alegada como preliminar de contestação, enquanto a relativa será arguida por meio de exceção.
- c) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o processo será extinto, sem resolução de mérito.
- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

e) A competência determinada em razão de matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.

**Questão 188:** FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

A respeito de competência absoluta e relativa, segundo legislação vigente,

a) a incompetência relativa não pode ser conhecida de ofício pelo Magistrado, pois deve ser alegada pelo réu em exceção de incompetência, em peça apartada, no mesmo prazo da contestação.

b) a competência prevista em lei para a execução fiscal, é de natureza funcional e, assim, absoluta, de modo que pode ser declinada de ofício pelo Magistrado.

c) a incompetência, seja absoluta ou relativa, deve ser alegada pelo réu em preliminar de contestação; todavia, caso não o faça no prazo legal, somente esta última se prorroga.

d) o Código prevê que é possível a reunião de duas ações conexas no juízo prevento, ainda que se trate de competência em razão da matéria, desde que haja interesse público que justifique a união das demandas para único julgamento.

e) a incompetência territorial é relativa e, por isso, não pode ser conhecida de ofício pelo Magistrado, razão pela qual se prorroga, caso não seja alegada no momento oportuno.

**Questão 189:** CESPE - Proc Mun (Salvador)/Pref Salvador/2015

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No que se refere a competência no processo civil, assinale a opção correta de acordo com a legislação e com a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Segundo o CPC, no procedimento de jurisdição voluntária de arrecadação de herança jacente, a competência será, em regra, do foro em que estiverem localizados os bens deixados pelo falecido.

b) Compete à justiça federal julgar mandado de segurança impetrado contra ato de dirigente de universidade particular que impeça a matrícula do impetrante em seu curso de graduação.

c) A eleição de juízo realizada em contrato pelo titular do direito que vem a falecer vincula os sucessores do titular do direito no caso de eventual ação judicial a ser proposta pelo espólio.

d) A prevenção para reunião de ações civis públicas que possuam o mesmo objeto e estejam na mesma comarca será do juízo que tiver despachado em primeiro lugar.

e) Cabe ao STF decidir conflito de competência entre TJ estadual e o STJ.

**Questão 190:** PUC PR - Proc Mun (Maringá)/Pref Maringá/2015

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Sobre as regras de competência para a distribuição das atividades jurisdicionais no Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- a) Fixada a competência no momento da propositura da ação, incide o princípio da perpetuatio jurisdictionis, proibindo qualquer modificação superveniente na competência.
- b) O protesto pela preferência de crédito, apresentado por ente federal em execução que tramita na Justiça Estadual, desloca a competência para a Justiça Federal.
- c) De acordo com a regra da *Kompetenzkompetenz*, todo juízo tem competência para julgar a sua própria competência.
- d) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal suscitar conflito.
- e) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que realizou a citação em primeiro lugar.

**Questão 191:** CS UFG - Proc Mun (Pref Gyn)/Pref GYN/2015

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

A última década revela um notável aumento na judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil, notadamente em razão de demandas judiciais relativas ao fornecimento de medicamentos e tratamentos de saúde. A par de tais fatos, sob o viés processual civil da questão, conclui-se que:

- a) o município não possui legitimidade passiva para figurar em demandas cujo objeto seja o fornecimento de medicamento de alto custo, já que sua responsabilidade é subsidiária ante as atribuições da União e dos Estados.
- b) a decisão que determina o fornecimento de medicamentos não poderá fixar astreintes em face da Fazenda Pública Municipal. Poderá, entretanto, se necessário, determinar o sequestro de valores da municipalidade (bloqueio) a fim de que seja efetivada.
- c) a ação proposta em face do Município visando à obtenção de medicamento, no caso de chamamento da União ao processo, deverá ser remetida à Justiça Federal, por força do artigo 109, I, da Constituição e Súmula 150 do STJ.
- d) a demanda que tenha por objetivo a entrega de medicamento pelo Poder Público pode ser ajuizada em face de qualquer um dos entes estatais ou em face de todos, conjuntamente, nesse último caso sendo competente para processar e julgar a causa a Justiça Federal.

**Questão 192:** FGV - Proc (Niterói)/Pref Niterói/2014

**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

O Princípio da perpetuação da jurisdição revela que os critérios fixadores da competência devem ser observados no momento da propositura da ação, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato e de direito ocorridas posteriormente.

Assinale a afirmativa que não configura uma exceção ao referido princípio.

- a) O autor propõe duas demandas idênticas, que estão tramitando em juízos distintos, e reconhece-se, no caso, a litispendência.
- b) O pai propõe ação de guarda de seu filho e a demanda é distribuída para uma Vara de Família. A mãe também ajuíza ação de guarda do referido menor, que é distribuída para outra Vara de Família da mesma comarca, ocorrendo, no caso, a reunião dos feitos por conexão.
- c) Um autor demanda em face de um réu, pleiteando danos materiais. Após a propositura dessa demanda, o mesmo autor renova em juízo nova demanda, propondo de novo danos materiais já pedidos anteriormente, e, agora, cumula esse pedido com o pedido de dano moral, reunindo-se os feitos por continência.
- d) Em uma determinada Comarca, foi extinta a 5ª Vara de Família, e os feitos que lá tramitavam foram redistribuídos para as quatro Varas de Família restantes.
- e) O exequente, após obter sentença condenatória na 1ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro, requer a remessa dos autos do processo para uma Vara Cível da Comarca de Niterói, onde se encontram os bens sujeitos à execução.

## Processo

**Questão 193:** CESPE - Proc (PGE PE)/PGE PE/2018

**Assunto:** Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Em instância extraordinária, o relator do processo constatou que o advogado subscritor do recurso especial não tinha procuração nos autos.

Considerando-se as disposições do CPC, o relator deve, nessa situação hipotética,

- a) declarar o recurso inexistente.
- b) oportunizar a regularização da representação processual.
- c) oportunizar a regularização da capacidade processual do recorrente.
- d) remeter o processo ao colegiado para decisão.
- e) deixar de conhecer do recurso especial.

**Questão 194:** CESPE - Proc (PGM Manaus)/Pref Manaus/2018

**Assunto:** Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Considerando as disposições do CPC pertinentes aos sujeitos do processo, julgue o item a seguir.

Em ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família, exige-se a formação de litisconsórcio passivo necessário de ambos os cônjuges.

Certo

Errado

**Questão 195:** IBFC - Proc (Divinópolis)/Pref Divinópolis/2018

**Assunto:** Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Será representada, ativa e passivamente em juízo:

- a) a União, pelo Procurador-Geral de Justiça, diretamente ou mediante órgão vinculado
- b) a herança jacente ou vacante, pelo inventariante
- c) a autarquia municipal, pelo prefeito ou respectivo procurador
- d) a sociedade irregular, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens

**Questão 196:** FCC - Proc (São Luís)/Pref SL/2016

**Assunto:** Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

João, casado com Maria no regime da comunhão parcial de bens, é réu em quatro ações, que possuem como objeto, respectivamente:

- I. desconstituição de hipoteca sobre imóvel registrado apenas em nome de João.
- II. busca e apreensão de veículo registrado e utilizado apenas por João.
- III. anulação de contrato de compra e venda de bem móvel adquirido exclusivamente por João, para seu uso exclusivo, antes da celebração do casamento.
- IV. reintegração de posse por esbulho praticado tanto por João quanto por Maria.

De acordo com o Código de Processo Civil, Maria deverá ser necessariamente citada APENAS para as ações cujo objeto está descrito nos itens

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**Questão 197:** COPESE-UFT - Proc J (Araguaína)/Pref Araguaína/2014

**Assunto:** Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

O Código de Processo Civil estabelece que:

- a) a União será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo presidente ou por seu procurador.

- b) o Estado será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu governador ou procurador.
- c) o Território será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu governador ou procurador.
- d) o Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador.

**Questão 198:** FCC - Proc (PGE TO)/PGE TO/2018

**Assunto:** Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz (arts. 139 a 143)

Em relação aos poderes, deveres e à responsabilidade do juiz, é **correto** afirmar:

- a) Não é possível ao juiz diminuir ou dilatar os prazos processuais, que são peremptórios.
- b) Cabe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- c) O julgamento por equidade, no atual ordenamento processual civil, tornou-se regra geral, em busca da melhor realização da justiça.
- d) Mesmo quando a lei exigir iniciativa das partes, deverá o juiz conhecer de quaisquer questões, ainda que não suscitadas por elas, em razão do princípio publicístico do processo.
- e) Quando houver lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico, caberá ao juiz remeter as partes ao juízo arbitral, de ofício ou a requerimento da parte.

**Questão 199:** INAZ do Pará - Proc (Curuçá)/Pref Curuçá/2014

**Assunto:** Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz (arts. 139 a 143)

Sobre os poderes e deveres do juiz marque a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Assegurar às partes em igualdade de tratamento, segundo o princípio da legalidade.
- b) Velar pela rápida solução do litígio; segundo o princípio da publicidade.
- c) Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça.
- d) Tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, segundo o princípio do devido processo legal.
- e) Seguir o ordenamento jurídico pátrio na solução de conflitos, independente da capacidade civil das partes em litigar.

**Questão 200:** FUNDATEC - Proc (N Horizonte)/Pref N Horizonte-SP/2017

**Assunto:** Dos Auxiliares da Justiça (art. 149 a 175)

De acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro, analise as seguintes assertivas:

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo.

II. Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

III. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal e o membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa, dolo ou fraude no exercício de suas funções.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

## Gabarito

1) A	2) A	3) D	4) Errado	5) B
6) C	7) E	8) A	9) D	10) C
11) E	12) D	13) C	14) Errado	15) A
16) C	17) D	18) C	19) E	20) B
21) B	22) Errado	23) E	24) D	25) C
26) B	27) E	28) B	29) E	30) A
31) B	32) B	33) B	34) A	35) C
36) A	37) C	38) A	39) D	40) C
41) Certo	42) A	43) D	44) D	45) B
46) E	47) A	48) D	49) E	50) A
51) E	52) B	53) B	54) B	55) D
56) Certo	57) B	58) A	59) C	60) D
61) A	62) Errado	63) D	64) D	65) Certo
66) B	67) E	68) A	69) D	70) Certo
71) C	72) D	73) E	74) D	75) B
76) C	77) D	78) C	79) A	80) E
81) C	82) D	83) C	84) B	85) D
86) B	87) C	88) E	89) Certo	90) D
91) E	92) D	93) A	94) C	95) C
96) E	97) B	98) C	99) A	100) B
101) B	102) D	103) D	104) Certo	105) B
106) A	107) Errado	108) D	109) B	110) D
111) Certo	112) B	113) D	114) D	115) D
116) A	117) B	118) B	119) A	120) D
121) C	122) C	123) B	124) C	125) E
126) D	127) C	128) E	129) C	130) E
131) D	132) C	133) B	134) B	135) E
136) A	137) C	138) E	139) C	140) D
141) D	142) Certo	143) Certo	144) A	145) A
146) B	147) A	148) C	149) Certo	150) D
151) A	152) D	153) Certo	154) A	155) B
156) A	157) E	158) B	159) Certo	160) C
161) Certo	162) B	163) E	164) B	165) Errado
166) Certo	167) C	168) A	169) Certo	170) C
171) E	172) C	173) C	174) B	175) Errado
176) C	177) A	178) D	179) Errado	180) C
181) A	182) C	183) B	184) B	185) C
186) E	187) D	188) C	189) B	190) C
191) D	192) A	193) B	194) Certo	195) D
196) A	197) D	198) B	199) C	200) B